



**(RE)CONSTRUINDO LAÇOS:
O PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMILIAS
DE ACOLHIMENTO ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DOS
PROFISSIONAIS**

MAFALDA SOFIA MAGALHÃES PACHECO

Orientador de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE PINHEIRO ORNELAS

Professor de Seminário de Dissertação:

PROFESSOR DOUTOR JOSÉ HENRIQUE PINHEIRO ORNELAS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizado sob a orientação de Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas, apresentada no ISPA - Instituto Universitário para obtenção de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Começo por agradecer às pessoas que estão comigo em contexto académico, profissional e pessoal, e que contribuíram para que este trabalho fosse realizado com empenho e dedicação.

Ao meu orientador, o ilustre Professor José Ornelas, o meu sincero e profundo agradecimento por ter estado presente em todas as fases deste nosso trabalho. Pela sabedoria infinita, e pela partilha de conhecimento. Pela boa disposição ao longo deste ano de acompanhamento. Pela forma que vê, ouve e sente o que o rodeia, de forma inspiradora e tão conhecedora. Salvo também, a sua humildade, os momentos de descontração e de partilha de cultura sobre os mais diversos temas.

À Professora Doutora Maria João Vargas-Moniz pelos seus conselhos e bondade em ajudar-me e orientar-me na direção certa.

Aos meus colegas de turma da dissertação, que juntos, fomos ultrapassando cada etapa do processo, tornando-o mais leve.

Aos meus pilares, Glória, a minha mãe, e Mateus, o meu pai, por me ensinarem os valores mais importantes da minha vida, por me educarem de forma tão honesta e carinhosa, e por estarem sempre presentes, em todos os momentos da minha vida, confiando em mim, e dando-me força para seguir com os meus objetivos.

Ao grande amor da minha vida, Beatriz, a minha filha, que me dá alento quando mais preciso, que me dá força e resiliência para ultrapassar as adversidades, e que de forma tão mágica me ajuda a transformar-me numa pessoa melhor, todos os dias.

Ao Pedro, que me apoia desde o primeiro dia e que me ajuda no que for preciso.

À minha restante família e amigos, que são também uma extensão de família, que me apoiam e que confiam em mim, que me dão força e motivação para nunca desistir dos meus sonhos.

A todas as crianças e jovens com que me tenho cruzado, que foram e são, a grande inspiração e força motriz para a escolha deste tema. Que me ensinaram o dom da gratidão, do respeito pela história individual do outro, e do verdadeiro significado das palavras, amor/vinculação.

A todos os participantes deste estudo, que dispensaram do seu tempo para poder conversar sobre um tema tão desafiador como este. As suas partilhas, os seus conhecimentos e as suas experiências foram imprescindíveis para a conclusão deste estudo.

Agradecer também, a todos os colaboradores do ISPA, que diretamente e indiretamente fazem desta academia, um lugar de prestígio.

Para terminar, agradeço ao ISPA, por ser um espaço de partilha, reflexão e conhecimento, que permite aos alunos progredirem academicamente.

Resumo

O Acolhimento Familiar é um tema atual, que tem vindo a ser cada vez mais divulgado pelos diferentes meios de comunicação, e sustentado por evidências científicas, como uma abordagem privilegiada e recomendada para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade. Esta medida procura garantir que as crianças e jovens em acolhimento tenham a oportunidade de serem integrados em ambientes familiares estáveis, em vez de permanecerem em instituições de acolhimento a longo prazo.

Este estudo é exploratório e visa investigar e analisar, através das experiências e das narrativas dos intervenientes-chave, de que forma é que são selecionados e avaliados os candidatos a famílias de acolhimento, assim como, aferir as necessidades que os profissionais desta área carecem. Para concretizar esta investigação, foi utilizado o instrumento do estudo de Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., Dubois-Comtois, K. (2022), e um questionário sociodemográfico. No total, foram entrevistados vinte e quatro profissionais, de diferentes zonas do país. O tratamento e a interpretação dos dados foram realizados através da análise temática, utilizando o método qualitativo, e respeitando as considerações éticas subjacentes à investigação.

Os resultados revelam a existência de quatro dimensões da avaliação: a motivação, os compromissos que as famílias de acolhimento devem ter, a importância da competência parental, a autonomia e as características do(s) candidato(s), e o *attachment*. Estas temáticas foram identificados pelos intervenientes-chaves como as áreas mais importantes para o sucesso e para a qualidade do acolhimento. Quanto às necessidades dos profissionais, foram identificadas duas dimensões, ao nível da própria avaliação e no suporte e supervisão. Após a análise temática de todas as dimensões, foram elaboradas dezasseis ideias-chave, treze na dimensão da avaliação e três nas necessidades.

Palavras-Chave: acolhimento familiar; famílias de acolhimento; proteção da criança; avaliação.

Abstract

Family foster care is a current topic that has increasingly gained visibility through various media outlets and is supported by scientific evidence as a preferred and recommended approach for the healthy development of children and young people in vulnerable situations. This measure seeks to ensure that children and young people in care have the opportunity to be integrated into stable family environments, rather than remaining in long-term institutional care.

This study is exploratory and aims to investigate and analyze, through the experiences and narratives of key stakeholders, how foster family candidates are selected and evaluated, as well as to identify the needs of professionals in this field. To conduct this investigation, the study instrument developed by Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., Dubois-Comtois, K. (2022) was used, along with a sociodemographic questionnaire. A total of twenty-four professionals from different regions of the country were interviewed. Data processing and interpretation were conducted through thematic analysis using a qualitative method, respecting the ethical considerations underlying the research.

The results reveal the existence of four assessment dimensions: motivation, the commitments that foster families must have, the importance of parental competence, the autonomy and characteristics of the candidate(s), and attachment. These themes were identified by key stakeholders as the most important areas for the success and quality of foster care. Regarding the needs of professionals, two dimensions were identified: in terms of assessment itself and in support and supervision. After the thematic analysis of all dimensions, sixteen key ideas were developed, thirteen in the evaluation dimension and three in the needs dimension.

Keywords: family care; foster families; foster care; child protection; assessment.

Índice

Introdução	1
I. Primeira parte: Enquadramento teórico	4
Capítulo 1. Acolhimento Familiar	4
1.1. A Evidência Científica do Acolhimento Familiar	4
1.2. O Sistema Nacional de Acolhimento em Portugal	6
1.2.1. O Acolhimento Familiar como Medida de Promoção e Proteção	6
Capítulo 2. Processo de Recrutamento e de Avaliação	9
2.1. A Evidência Científica no Recrutamento de Famílias de Acolhimento	9
2.2. A Evidência Científica na Avaliação de Famílias de Acolhimento	10
2.2.1. Motivação	12
2.2.2. Compromisso	13
2.2.3. Competência parental	14
2.2.4. <i>Attachment</i>	16
Capítulo 3. Necessidades Identificadas pelos Profissionais	18
II. Segunda parte: Método	19
1. Objetivos do estudo	19
2. Instrumento	20
3. Participantes	20
4. Considerações éticas	21
5. Procedimento	21
III. Terceira parte: Análise e Discussão dos Resultados	22
1. Análise e Discussão das Dimensões da Avaliação	22
1.1. Motivação	23
1.2. Compromisso	25
1.3. Competência parental, autonomia e características do candidato	28
1.4. <i>Attachment</i>	32
2. Análise e Discussão das Necessidades Identificadas pelos Profissionais	35

Conclusão	38
Referências Bibliográficas	40
Outras Referências Bibliográficas	46
Anexos	
Anexo A – Consentimento informado	48
Anexo B – Guião de entrevista	50

Índice de figuras

Figura 1. <i>Proving a secure base</i>	14
Figura 2. Parenting cycle	15
Figura 3. Caraterização sociodemográfica e socioprofissional	21
Figura 4. Mapa temático sobre as principais dimensões da avaliação	22
Figura 5. Tabela temática de ideias-chave sobre o processo de avaliação	33
Figura 6. Tabela temática de ideias-chave sobre as necessidades dos profissionais ...	37

Introdução

O presente estudo vai consistir na investigação sobre o tema do Acolhimento Familiar, no âmbito da dissertação do Mestrado em Psicologia Clínica, cujo título escolhido para a investigação é denominado como: “(re)construindo laços: o processo de avaliação e seleção das famílias de acolhimento através das narrativas dos profissionais”.

A relevância social do tema escolhido, está consagrada nos direitos das crianças e a importância de estudar uma medida que visa promovê-los são, ambos, encontrados no contexto de um Estado social que valoriza a criança como um ser titular de direitos, e salvaguarda a qualidade na intervenção profissional junto das crianças, para promover o efetivo acesso aos mesmos, em prol do interesse superior da criança. Torna-se imperativo que os profissionais da área de acolhimento reflitam sobre a sua prática profissional e que a mesma, esteja de acordo com a evidência científica, assegurando assim, uma prática que promova o rigor e a qualidade (Kilkelly & Logan, 2021; Hanlon et al., 2021).

Em 2009 na Assembleia Geral das Organização Nações Unidas, os Estados-Membros assinaram a “*Guidelines for the Alternative Care of Children*”, que é um documento sobre as orientações para o cuidado de crianças, que confere ao Estado o dever de: apoiar as crianças e as famílias; retirar a criança da família como última medida de proteção a equacionar; manter a criança o mais próximo do seu meio habitual de residência; promover o retorno da criança à família de origem; promover a audição e a participação da criança; acautelar a não separação de irmãos e atuar no sentido do melhor interesse da criança. Em 2010, uma resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre a promoção e proteção dos direitos das crianças reconhece que a criança deve crescer num ambiente familiar para se desenvolver de forma plena e harmoniosa, e de acordo com o seu potencial, e pede aos Estados-Membros para tomar medidas para substituir de forma progressiva a institucionalização pelos cuidados alternativos de qualidade, redirecionando os recursos para os serviços familiares e comunitários (Kilkelly & Logan, 2021; Goldman et al., 2020; Friedman, 2019).

A pertinência e oportunidade do estudo colocam-se, desde logo, pelo contributo para a efetivação dos direitos das crianças, e para o estudo aprofundado da medida de Acolhimento Familiar, numa perspetiva narrada pelos intervenientes-chave, e de acordo

com o que vindo a ser desenvolvido cientificamente. A oportunidade em entrevistar os profissionais que trabalham nesta área, e que são agentes de mudança é igualmente pertinente e confere uma oportunidade de reflexão e de análise colaborativa. Numa perspetiva cronológica, o estudo é oportuno, atendendo à necessidade de recrutar mais famílias de acolhimento, e tendo em conta as orientações internacionais que sustentam a promoção da desinstitucionalização e a implementação de serviços de apoio à reintegração familiar e comunitária como abordagens privilegiadas e que melhor se ajustam às necessidades das crianças.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, o melhor ambiente para uma criança se desenvolver é numa família, num ambiente familiar que “*assegure o seu desenvolvimento pleno e harmonioso*”. A família é definida como “*o elemento natural e fundamental da sociedade e o meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças*”. Deste modo, a criança tem o direito ao respeito pela sua vida familiar, à proteção da intromissão na sua vida familiar, à proteção de todas as formas de violência, incluindo abuso e negligência (artigo 16o, para. 2; Pinheiro, 2006), porém, os Estados têm que estabelecer os requisitos substantivos e a salvaguarda de procedimentos, que garantam que a colocação de crianças em cuidados alternativos é utilizada, apenas, como uma medida particular e realizada em último recurso (Pinheiro, 2006).

O modelo de promoção e de proteção de crianças e jovens, está a vigorar desde janeiro de 2001 em Portugal, e rege-se pela Lei n.º 147/99, de um de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo na sua redação atual (Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro) e reforça a participação ativa da sociedade através da comunidade numa parceria entre o Estado e as famílias, concretizadas através de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) (Garantia para a infância, 2023). Anualmente é elaborado pela Segurança Social um relatório de caracterização anual da situação de acolhimento de crianças e jovens (CASA), que analisa os resultados, através de diversas fontes, a rede de acolhimento nacional. Sumariamente analisando de forma global e comparativa, em 2022, estavam acolhidas 6,347 crianças e jovens, destas, 227 estavam em famílias de acolhimento, representado 3,6%. No último relatório, do ano passado (de 2023), existiu um ligeiro aumento para 6,446 crianças e jovens acolhidas, sendo que, 263 integraram o acolhimento familiar, representando 4,1%. Este resultado, evidencia ainda, a necessidade de requalificar e de capacitar a rede de acolhimento a esta resposta em concreto, assim

como, a necessidade de reforçar a bolsa de famílias (de acolhimento), de forma a garantir o direito das crianças e dos jovens a crescerem em contexto familiar (CASA, 2024). Estas percentagens encontram-se abaixo dos resultados esperados, e contrariam as recomendações das diretivas internacionais, e de todo o trabalho científico que tem vindo a ser produzido. De acordo com os estudos, estes resultados sugerem que não existem mais família de acolhimento devido à falta de informação e divulgação desta resposta em particular, que existe falta de disponibilidade das pessoas e das famílias para acolherem crianças e/ou jovens, e apontam para a escassez de tempo pessoal e profissional, mencionam que o valor pecuniário atribuído a uma família de acolhimento é baixo, indicam que o facto de não se poder adotar a criança, é um motivo para não se afigurarem como resposta e antecipam o momento de separação com um aspeto difícil e doloroso (Negrão, et al., 2020; Negrão, et al., 2019; Carvalho et al., 2016).

Importa igualmente referir, que existe um vasto número de estudos científicos sobre o acolhimento, que são conduzidos por pesquisadores internacionais, de diferentes áreas, e por grupos de investigação reconhecidas pelo seu trabalho no âmbito da proteção infantil. Porém, o enquadramento legal do acolhimento familiar não é igual em todos os países, e a sua expressão assume particularidades diferentes, tendo em conta as estruturas sociais e políticas de cada país.

Tendo em conta as definições legislativas, as orientações políticas, a aplicação efetiva da medida, e a vasta literatura evidencia científica sobre o acolhimento familiar e os seus benefícios significativos para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, urge compreender e analisar, de que forma é que são avaliadas e selecionadas as famílias de acolhimento, assim como, conhecer as necessidades que os profissionais desta área referem, através do olhar (experiência) e do sentido crítico dos intervenientes-chaves que foram intencionalmente entrevistados, e as suas narrativas foram cuidadosamente analisadas à luz do que vem descrito e explorado cientificamente.

I. Primeira parte: Enquadramento teórico

Capítulo 1. Acolhimento Familiar

1.1. A Evidência Científica do Acolhimento Familiar

O acolhimento familiar é definido pela *American Psychological Association* (2023) como o cuidado temporário prestado à criança, por indivíduos que não são os seus pais biológicos, nem os seus pais adotivos. Este cuidado tem como objetivo proteger as crianças e/ou os jovens cujos pais não estão disponíveis, e que apresentam comportamentos abusivos ou são incapazes de prestar os cuidados adequados.

Segundo a literatura científica, esta resposta é a mais adequada e recomendada em detrimento do acolhimento residencial (Anjos et al., 2023; Magalhães et al., 2021; Delgado et al., 2021; Goldman et al., 2020; Nowacki et al., 2010), tendo vindo a ganhar expressão significativa internacionalmente, através de diferentes estudos científicos que evidenciam a sua relevância com um modelo privilegiado de resposta às necessidades específicas das crianças e jovens em situação de risco e/ou de vulnerabilidade (Jorjadze, Bovenschen, & Spangler, 2023; Nowacki et al., 2010; Goldman et al., 2020; Caron et al., 2022; Petrowski et al., 2017), esta medida deve fomentar um ambiente familiar seguro que promova o desenvolvimento da criança (Goldman et al., 2020; Caron et al., 2022), porém, é necessário que existam mais famílias de acolhimento (Anjos et al., 2023; Diogo & Branco, 2020) e perceber de que forma é que os candidatos são selecionados e avaliados. Sabe-se também, que o impacto global da experiência influencia a decisão de continuar a ser família de acolhimento (Diogo & Branco, 2020).

Os estudos têm demonstrado que as crianças em acolhimento familiar tendem a apresentar melhorias no seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social e até físico, contrariamente aos efeitos negativos causados a longo prazo no bem-estar infantil devido à institucionalização, principalmente, nos primeiros anos de vida (Anjos et al., 2023; IJzendoorn et al., 2020), por esse motivo, a investigação sugere que o acolhimento familiar tem um impacto menos negativo e mais protetor nas crianças e nos jovens (Delgado et al., 2021; Goldman et al., 2020). Tendo em conta que as crianças em acolhimento têm mais probabilidade em ter problemas emocionais, comportamentais, sociais e de desenvolvimento (Caron et al., 2022; IJzendoorn et al., 2020; Dobrovakrol et al., 2008; Shechory & Sommerfeld, 2007; Browne et al., 2006;), é necessário, por esse

motivo, que as famílias de acolhimento tenham habilidades e capacidades para lidarem com essas situações, e com os inúmeros desafios, que vão ocorrendo durante o acolhimento. No estudo de Berrick e Skivenes (2012), os autores referem que os candidatos devem ter as seguintes qualidades:

- Proteger e nutrir as crianças ou os jovens que acolhem;
- Atender à necessidade de desenvolvimento e diligenciar recursos, quando existe atrasos no seu desenvolvimento, e apoios no que for necessário;
- Apoiar as relações das crianças com a família biológica;
- Trabalhar como membro da equipa.

De acordo com Kelly e Gilligan (2000), o acolhimento familiar tem qualidades que confere capacidades particulares e diferenciadas a esta resposta, adequada às especificidades das necessidades das crianças e dos jovens em situação de acolhimento como:

- A possibilidade de continuar num espaço mais familiar;
- A permanência da criança na comunidade;
- A oportunidade de desenvolver relações estreitas com a família de acolhimento;
- A manutenção da relação, vinculação e identificação com a família biológica;
- O apoio na transição para a vida adulta;
- O acompanhamento e suporte técnico de enquadramento da medida que acompanha a criança e a família de acolhimento.

O acolhimento familiar proporciona ainda um ambiente familiar alternativo à criança, num contexto favorável à recuperação de dimensões cognitivas, de linguagem e de expressão emocional (Jorjadze, Bovenschen, & Spangler, 2023; Anjos et al., 2023; Nowacki et al., 2010; Delgado & Gersão, 2018).

Goldman e colaboradores (2020) sugerem que todas as políticas, legislações e regulamentos promovam, apoiem e forneçam os cuidados baseados na família para as crianças e o fortalecimento familiar, enquanto transformam progressivamente os seus sistemas de cuidados, que devem ser de alta qualidade.

1.2. O Sistema Nacional de Acolhimento em Portugal

Há vinte e cinco anos (em 1999) foi aprovada a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), por essa altura, as preocupações relativas à prevenção e proteção das crianças e jovens já eram significativas. O objetivo era evitar situações de risco e de vulnerabilidade, desenvolvendo medidas de promoção e de proteção, tendo em conta a abordagem integrada nos direitos da criança e do jovem, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Decreto-Lei n.º 139/2019).

A promoção dos direitos e a proteção da criança e/ou do jovem em risco, compete às entidades públicas e privadas, com atribuições em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, em última instância, aos Tribunais, quando a intervenção daquelas, não seja possível de concretizar (e.g. falta de consentimento dos pais; dificuldade na aplicação ou execução da medida, entre outros).

Mediante o previsto em normas consagradas em diplomas internacionais, as crianças ou jovens, quando temporariamente ou definitivamente afastadas do seu seio familiar, têm direito à proteção do Estado, sendo esta resposta consubstanciada num Sistema Nacional de Acolhimento, sob a forma de acolhimento residencial ou acolhimento familiar.

O Estado Português deve assumir o compromisso de adotar um plano de desinstitucionalização, com metas e objetivos específicos para a implementação de medidas de melhoria da qualidade do Sistema de Acolhimento Familiar (Kilkelly & Logan, 2021).

1.2.1. O Acolhimento Familiar como Medida de Promoção e Proteção

Em termos históricos e jurídicos, como medida de promoção e proteção, a medida de Acolhimento Familiar foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro. A segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de um de setembro foi alterada pela Lei n.º 142/2015 dando prevalência à medida de acolhimento familiar, sobre qualquer outra forma de colocação. Por fim, o Decreto-Lei n.º 139/2019 de 16 de setembro e a Portaria n.º 278-A/2020, de quatro de dezembro estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, e define os termos, condições e procedimentos do processo de candidatura, seleção, formação e avaliação das famílias de acolhimento, bem como o respetivo reconhecimento.

No que diz respeito à literatura sobre esta medida, o acolhimento familiar tem vindo a ser reconhecido como a intervenção mais segura e eficaz, uma vez que proporciona um desenvolvimento mais saudável e equilibrado para as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, pois permite à criança e/ou jovem manter-se num ambiente familiar estável e protetor, sendo essencial para o seu desenvolvimento integral. Além disso, proporciona um acompanhamento mais próximo e personalizado, uma vez que a relação entre a criança e a família acolhedora é mais próxima e afetiva. Este tipo de acolhimento promove uma maior estabilidade emocional e a possibilidade de se estabelecerem laços afetivos mais fortes, essenciais para o desenvolvimento da identidade e autoestima.

Este sistema tem vindo a ser alvo de diversos esforços por parte das entidades governamentais (e.g. Instituto de Segurança Social) e organizações não-governamentais (e.g. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), de forma a promover o seu desenvolvimento e a garantir a qualidade e eficácia deste tipo de acolhimento. Vários programas e medidas têm sido implementados no sentido de promover o acolhimento familiar, tais como a formação e acompanhamento das famílias acolhedoras, a criação de incentivos financeiros, a implementação de campanhas de sensibilização e a melhoria das condições de acesso e qualidade dos serviços de acolhimento.

No entanto, apesar dos esforços e avanços, esta medida enfrenta ainda diversos desafios e necessidades, que exigem uma atenção e ação continuada por parte das entidades responsáveis (Anjos et al., 2023). A escassez de famílias acolhedoras (Anjos et al., 2023; Magalhães, Gouveia, & Pinto, 2021), a necessidade de melhorar o acompanhamento e apoio às famílias acolhedoras (Diogo & Branco, 2020; Magalhães, Gouveia, & Pinto, 2021), a implementação de medidas de prevenção e a necessidade de uma maior integração entre os diferentes serviços e entidades são algumas das questões que urge responder.

É necessário continuar a investir e a apostar na promoção e qualificação do Sistema de Acolhimento Familiar em Portugal, de forma a garantir a sua eficácia e a dar resposta adequada às necessidades das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade (Diogo & Branco, 2020).

Em termos institucionais, o Instituto de Segurança Social (ISS) define acolhimento familiar como “...uma pessoa singular ou uma família previamente selecionada pela instituição de enquadramento que acolhe uma criança ou jovem que está

em situação de perigo e com o qual não tem qualquer relação de parentesco.” (ISS, 2017, p. 4).

Assim, o acolhimento familiar tornou-se uma resposta social, decorrente da aplicação de medida de promoção e proteção, visando a integração da criança em meio familiar; desenvolvida através de um serviço, que corresponde à atribuição da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas. Os objetivos do acolhimento são:

- a) Garantir integração em meio familiar adequado, que lhe assegure os cuidados e a atenção que a sua família não lhe pode proporcionar;
- b) Assegurar alojamento à criança e/ou jovem;
- c) Garantir prestação de cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e o seu desenvolvimento integral;
- d) Assegurar os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade;
- e) Promover, sempre que possível, a integração na sua família de origem.

De acordo com a Segurança Social, um dos fatores primordiais para assegurar a resposta social Acolhimento Familiar com eficácia e eficiência é o processo de captação e de retenção das famílias de acolhimento. Para isso, é necessário sensibilizar, promover e divulgar esta resposta social na comunidade. Os interessados podem formalizar a candidatura de diversas formas (e.g. *internet*). Numa fase inicial, é realizada uma entrevista informativa que visa aprofundar o conhecimento desta resposta (e.g. pressupostos, objetivos), procede à auscultação das expectativas e motivações dos candidatos e recolhe outras informações complementares. Posteriormente, é realizado pelos responsáveis um conjunto de instruções de trabalho:

1. Avaliação inicial de requisitos (análise dos impressos preenchidos pelos candidatos; registo criminal; aferição da inexistência de dívidas à

- Segurança Social; pedido de informação sobre a existência de inscrição como candidato à adoção; entre outros);
2. Avaliação psicossocial (avaliação da estrutura, dinâmica e funcionamento psicossocial; situação de saúde; estabilidade económica; rede de suporte familiar e social; expectativas e motivações; competências parentais e estilos educativos; competências de prestação de apoios e cuidados; entre outros);
 3. Visita domiciliária (verificar as condições de habitabilidade, avaliar a gestão e organização do espaço, das condições do espaço envolvente e o grau de integração social da família no meio; entre outros);
 4. Avaliação final do processo de seleção (capacidade de resolução de problemas, capacidade afetiva e equilíbrio emocional, funcionalidade do perfil psicológico, disponibilidade para colaborar no processo de recuperação do papel parental da família de origem, disponibilidade para promover a relação da criança com a família de origem, sensibilidade para as problemáticas, entre outros).

Após a análise e o parecer técnico da Direção da instituição de enquadramento, e no caso de deferimento da candidatura, notifica-se o candidato e prossegue-se à integração da mesma na bolsa de famílias de acolhimento.

Capítulo 2. Processo de Recrutamento e de Avaliação

2.1. A Evidência Científica no Recrutamento de Famílias de Acolhimento

No estudo de revisão sistemática da literatura de Hanlon e colaboradores (2021), com o objetivo de identificar as práticas eficazes para o recrutamento de famílias de acolhimento, concluiu que o recrutamento é um processo complexo e multifacetado. Os profissionais que procuram os candidatos têm uma abordagem intencional, esta intencionalidade permite que os mesmos sejam mais eficazes, e mais eficientes nos seus esforços em recrutar famílias de acolhimento. Para além disso, os profissionais devem procurar promover relacionamentos e parcerias sempre que possível (e.g. organizações).

Como referido anteriormente, este processo é complexo, contudo, a sua estrutura e o conteúdo da formação de famílias de acolhimento, pode contribuir positivamente para o processo de recrutamento (Choice et al., 2000; Friedman, 2019), ao selecionar adequadamente os potenciais candidatos, os mesmos devem sentir-se confiantes na sua capacidade de promover e de desenvolver um lar, para uma criança.

Choice e colaboradores (2000) e Friedman (2019), referem que é importante que os profissionais responsáveis pelo recrutamento forneçam informações realistas sobre os desafios associados à parentalidade e ao acolhimento de uma criança, mas também, devem mencionar informações positivas e esperançosas.

Uma revisão sistemática efetuada por Hanlon e colaboradores (2021) revelou que os profissionais dos Estados Unidos da América (USA) procuram candidatos que mostrem motivação e resiliência intrínsecas, e que tenham conhecimento sobre o Sistema de Acolhimento e também, que possam colaborar com outras pessoas.

2.2. A Evidência Científica na Avaliação de Famílias de Acolhimento

De acordo com a análise temática do estudo de Caron e colaboradores (2022), onde se procurou perceber quais os temas mais relevantes do processo de avaliação dos potenciais candidatos a famílias de acolhimento, os profissionais mencionaram nove dimensões distintas, como:

1. ***Motivation***, que foi a dimensão central, e é definida como a força motriz que está por trás da intenção de se tornar como família de acolhimento (Caron et al., 2022; Choice et al., 2000).
2. ***Commitment to the child***, esta dimensão de avaliação prende-se com a definição do compromisso, como a tenacidade que as famílias devem ter para lidarem com as características das crianças, e com a capacidade em integrar a criança no agregado familiar (Caron et al., 2022; Berrick & Skivenes, 2012).
3. ***Autonomy and parenting competence***, nesta dimensão os profissionais procuram famílias qualificadas e que não dependam da Equipa. As famílias devem estar preparadas para o acolhimento e para lidar com as particularidades de cada criança que acolhem (Caron et al., 2022).
4. ***Trauma resolution***, esta dimensão foi abordada pelos profissionais como uma preocupação em saber se os candidatos tinham sofrido de algum tipo de mau-trato

na infância, e caso tenha acontecido, de que forma é que lidaram com a situação. Eles partilharam que os candidatos podiam lidar com uma criança que estivesse a passar por uma situação idêntica e de que forma iriam resolvê-la ou lidar com o sucedido (Caron et al., 2022).

5. ***Attachment***, esta dimensão foi abordada como a ligação ao compromisso, significando a capacidade de se relacionar (Caron et al., 2022).
6. ***Capacity to share parenting territory with biological parents***, os profissionais queriam garantir que os candidatos soubessem e que pudessem aceitar os contratos entre a criança e a família biológica, e até, participar nesses contactos. Outra questão prendia-se com o fato de algumas crianças poderem regressar à família biológica (Caron et al., 2022).
7. ***Knowledge of CPS context***, esta dimensão, está ligada com a abertura para trabalhar com a Equipa, com a capacidade de questionar e aceitar o apoio e a formação para melhorar a forma de intervir com a criança que acolhe (Caron et al., 2022).
8. ***Capacity to meet the child's needs***, esta dimensão foi definida como a capacidade de estar atento e de responder de forma adequada às necessidades e características da criança.
9. ***Capacity for family management and organization***, nesta dimensão, os autores procuraram entender às necessidades, rotina e organização da família, assim como, o orçamento que teriam para poder ser resposta a uma criança que pudesse ter alguma necessidade específica (Caron et al., 2022).

Apesar de terem sido encontradas nove dimensões durante a avaliação aos candidatos, os autores referem que a *motivation, commitment to the child* e *autonomy and parenting competence* foram as dimensões mais significativas, e aquelas que foram mais relatadas pelos profissionais. As restantes dimensões adicionais, receberam menos atenção.

Numa revisão sistemática da avaliação de programas de acolhimento mais recente de Vallejo-Slocker e colaboradores (2024), os resultados revelam que:

1. Devem ser feitos esforços para envolver as crianças de uma forma mais participativa;

2. O funcionamento psicossocial, o comportamento e a parentalidade são elementos transversais na maioria das avaliações, enquanto a qualidade de vida e o *coping* não estão suficientemente bem incorporados;
3. Devem ser priorizados instrumentos práticos (breves e de fácil aplicação e correção), amplamente utilizados e com garantias científicas, para assegurar a comparabilidade e confiabilidade das conclusões;
4. O progresso deve ser feito no estudo de modelos de avaliação para todas as formas de acolhimento.

2.2.1. Motivação

Como referido em estudos anteriores (Caron et al., 2022; Choice et al., 2000), a motivação é a dimensão primordial para se tornar família de acolhimento, porém, a motivação pode ter múltiplas origens, algumas podem ser facilmente alocadas a uma das categorias combinadas - intrínsecas, extrínsecas, centradas na criança, auto-orientada (e.g. sentimento de propósito), orientadas para a sociedade, entre outras.

A investigação sugere que, os motivadores intrínsecos têm sido os mais preponderantes nas decisões que levam os candidatos a acolher, referindo que a maioria das famílias de acolhimento eram movidos por motivações altruístas, como o desejo de proporcionar um lar e amor às crianças, e de querer fazer a diferença (Hanlon et al., 2021; Baer & Diehl, 2019; Rodger et al., 2006; MacGregor et al., 2006; Baum, Crase & Crase, 2001), também no estudo de MacGregor e colaboradores (2006), a motivação intrínseca e o apoio que era prestado às famílias de acolhimento, está correlacionado com a intenção de acolher, mas também com a capacidade das famílias se manterem no sistema (de acolhimento) e com a sua satisfação do seu papel enquanto família de acolhimento.

No estudo de Maeyer e colaboradores (2014) sobre a motivação para o acolhimento, o tipo de motivação que se destacou entre os candidatos foi a motivação centrada na criança. Também pode ser considerada como uma motivação, intrínseca, de dentro para fora, como valores e características pessoais ou extrínsecas, que são motivações impulsionadas pelo cumprimento das expectativas dos outros.

Para além do estudo sobre o tipo de motivação mais adequado para se configurar como um bom candidato a família de acolhimento, Sebba (2012), concluiu na sua investigação, que existem três conjuntos de motivações que os profissionais devem avaliar:

1. O primeiro grupo consiste em razões centradas na criança e nas suas necessidades;
2. O segundo grupo concentra-se em como o acolhimento afeta o indivíduo, através do significado da vida, das suas crenças e valores;
3. O terceiro grupo de motivações está relacionado com a sociedade, de forma a fazer algo/contribuir pela comunidade.

Os autores, Helm, Peltier e Scovotti (2006) descobriram que, os indivíduos que tinham maior conhecimento do sistema de bem-estar infantil e das necessidades das crianças e dos jovens que se encontram em situações de vulnerabilidade, eram mais propensos a demonstrar interesse em acolher.

2.2.2. Compromisso

O compromisso de cuidar de forma contínua, estável e boa o suficiente é considerado uma condição importante para o desenvolvimento saudável da criança (Goldman et al., 2020; Berrick & Skivenes, 2012). É fundamental garantir que as famílias de acolhimento são capazes de responder adequadamente às necessidades da criança, proporcionando um ambiente familiar seguro, estável e previsível, para isso, é necessário que os serviços avaliem criteriosamente os candidatos (Caron et al., 2022). Nesta dimensão, é igualmente importante que a família de acolhimento tenha confiança e competência para lidar com as necessidades emocionais, comportamentais e/ou médicas que a criança pode ter, ou que poderão surgir, durante o tempo em acolhimento (Baer & Diehl, 2019; Berrick & Skivenes, 2012).

A família tem de ser capaz de entender o que a criança quer e o que sente (Caron et al., 2002), e também, deve ter conhecimento que é possível, que a criança tenha sido exposta a variados riscos (e.g. negligência, abuso sexual, mau-trato físico). Estes riscos, incluem exposições pré-natais e pós-natais, perturbações do neurodesenvolvimento, perturbações mentais, prematuridade, exposição intrauterina a substâncias ilícitas (e.g. álcool, estupefacientes), entre outras experiências e vivências traumáticas. (IJzendoorn et al., 2020; Octoman et al., 2014).

Berrick e Skivenes (2012), no seu estudo descobriu que as famílias de acolhimento eficazes, devem transmitir regularmente a sua compreensão na importância dos pais biológicos para as crianças, demonstrando empatia. As famílias que acolhem entenderam essa necessidade e aceitaram o seu papel reparador nesse processo. Foi também

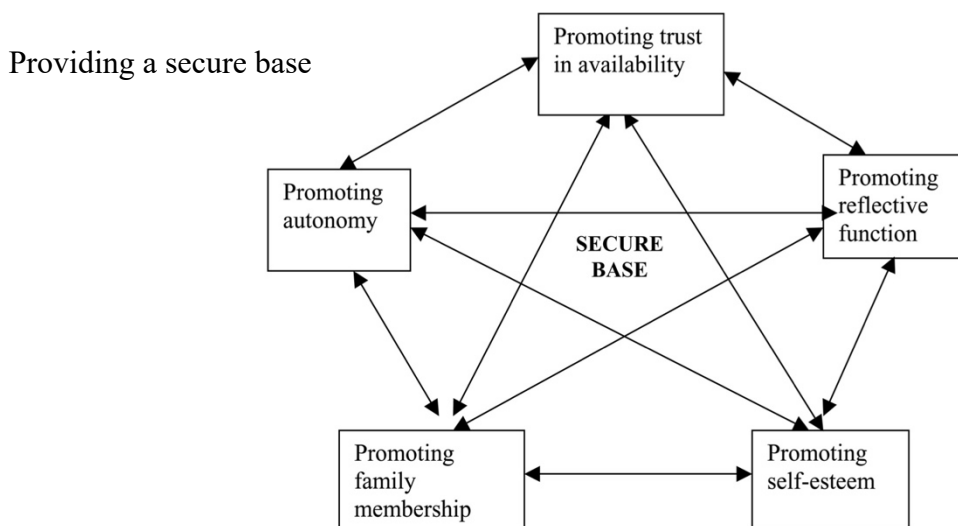
descoberto que, de forma a honrar os pais biológicos da criança, as famílias (de forma intencional): pedem conselhos; incentivam as crianças a utilizar os termos “mãe” ou “pai” na relação com os seus pais biológicos; potencializam os pontos fortes dos pais biológicos, de forma a que estes percebam, e sintam, confiança na forma como os seus filhos estão a ser cuidados.

A investigação de Goldman e colaboradores (2020) recomenda que os profissionais desta área de acolhimento devem dar importância ao papel das famílias biológicas na vida das crianças, de forma a evitar a separação, sempre que for possível.

2.2.3. Competência Parental

As crianças que provém de contextos de abuso, negligência ou outra situação de vulnerabilidade, necessitam de uma maior atenção e cuidado, e por isso, é que os candidatos devem ter uma maior e melhor competência para lidar com os desafios que poderão enfrentar (Murray et al., 2010), porém, e de acordo com o estudo longitudinal de Schofield e Beek (2006; 2005), uma parentalidade positiva de base segura (figura 1) pode reverter os eventuais danos observados no desenvolvimento da criança, promovendo a confiança na disponibilidade, *reflective function* (capacidade de perceber o mundo mental interno) a autoestima e a autonomia, mesmo nas situações onde as crianças tiveram experiências de abuso, negligência e trauma. Os autores mencionam outra dimensão que é a promoção da adesão à família, que reflete a necessidade das crianças que estão em acolhimento a longo prazo de experimentarem a segurança que advém de um sentimento de identidade e pertença.

Figura 1

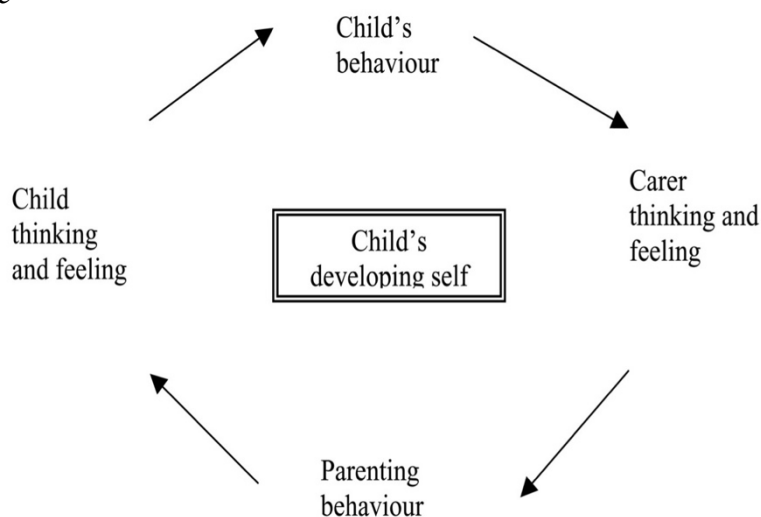


Nota. Schofield, G., & Beek, M. (2005). Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care. *Attachment & Human Development*, 7(1), 3–26. <https://doi.org/10.1080/14616730500049019>

Paralelamente à experiência de uma base segura, os autores sentiram necessidade de desenvolver um modelo (figura 2) que desse particular relevância às ligações entre cognição e comportamento, pensamento e ação, uma vez que a forma como as crianças e os jovens processavam a informação sobre si e sobre os outros influenciavam o comportamento e a qualidade da relação.

Figura 2

Parenting Cycle



Nota. Schofield, G., & Beek, M. (2005). Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care. *Attachment & Human Development*, 7(1), 3–26. <https://doi.org/10.1080/14616730500049019>

Esta intervenção baseia-se no princípio de que é necessário oferecer um cuidado terapêutico, que repare os danos anteriores, e para isso, as crianças precisam confiar na disponibilidade de um cuidador que seja protetor, acessível, confiável e atento às suas necessidades (Schofield & Beek, 2006; 2005).

De acordo com os resultados do estudo de Berrick e Skivenes (2012), o acolhimento de qualidade é apenas caracterizado por habilidades parentais eficazes, mas pelos desafios particulares que o acolhimento exige, e pela variadas respostas de cuidados que vão muito além da paternidade típica. Nesse estudo, os autores referem-se a esses

recursos como “*Parenting+*”. Berrick e Skivenes (2012), referem que existem três dimensões elencadas para o sucesso do acolhimento que incluem:

1. Atenção à experiência de integração numa nova família;
2. Consideração da relação entre a criança, a família biológica e a família que acolhe;
3. Resposta ao desenvolvimento e às necessidades específicas da criança acolhida.

O conhecimento sobre o papel desempenhado pelas famílias de acolhimento, assim como as especificidades das crianças que se encontram com a medida de promoção e proteção do estado é fundamental, uma revisão sistemática efetuada por Hanlon e colaboradores (2021) revelou que os profissionais dos Estados Unidos da América (USA) procuram candidatos que tenham conhecimento sobre o Sistema de Acolhimento, e também, que estejam recetivos e que possam colaborar com outras pessoas, nomeadamente, com a Equipa supervisora, e com a família de origem da criança ou do jovem.

2.2.4. *Attachment*

A definição de *attachment*, segundo *American Psychological Association* (2018), é o vínculo emocional entre uma criança e a sua figura parental ou com o cuidador. Este vínculo (ou ligação) é desenvolvido através de um estabelecimento de um sentimento de segurança demonstrado pelos pais ou cuidadores.

Esta dimensão é amplamente investigada na área da psicologia, e tem como premissa a teoria de John Bowlby (e expandida por Mary Ainsworth) e a teoria de Murray Bowen, ambos influentes no campo da investigação desta temática. A teoria da vinculação de Bowlby centra-se na importância da vinculação segura entre mãe/cuidador e filho(a) para a promoção da saúde mental e posteriormente para a estabilidade emocional do indivíduo, enquanto a teoria dos sistemas familiares de Bowen está preocupada com a dinâmica familiar, envolvendo estruturas, papéis, padrões de comunicação, limites e relações de poder, e enfatiza o papel de todo o sistema familiar no desenvolvimento infantil. Ambas as teorias consideram a qualidade do relacionamento conjugal como fundamental para o funcionamento geral da família, que é um dos principais determinantes do cuidado prestado à criança (Rothbaum et al., 2002). Esta temática torna-

se numa dimensão crucial para percebermos a importância do acolhimento familiar como resposta mais adequada e privilegiada no que concerne ao desenvolvimento integral da criança em detrimento do acolhimento residencial, para além de ser um fator preponderante e distintivo entre as duas medidas.

A formação de vínculos seguros com novos cuidadores pode ser um fator pelo qual as crianças sustentam ou retornam a trajetórias adaptativas, uma vez que o desenvolvimento de um relacionamento com uma vinculação segura com um cuidador tem benefícios a longo prazo para as crianças (Jorjadze, Bovenschen, & Spangler, 2023; Nowacki, & Schoelmerich, 2010; Thompson, 2008). Sendo que, em contextos em que o ambiente familiar é instável e problemático, o desenvolvimento de uma vinculação segura pode ser não acontecer (Dozier & Rutter, 2008; Rothbaum et al., 2002), e os estudos indicam que os maus-tratos infligidos por um cuidador normalmente resultam numa vinculação insegura (O'Connor & Rutter, 2000).

A importância da figura de vinculação é de transmitir segurança à criança que, a partir da qual começa a explorar, assim como sente que existe um "*porto seguro*" para o qual pode voltar para obter conforto e segurança. Desta forma, a criança aprende a regular as emoções negativas e a utilizar estratégias para poder utilizar em situações adversas (Thompson, 2008; Cassidy, 1994).

Segundo Bovenschen e colaboradores (2016), que investigaram sobre os comportamentos de vinculação e a representação em crianças adotivas com idades compreendidas entre os três e os oito anos, os resultados indicam que, ao intervir com as famílias, parece crucial não focar apenas na promoção de uma vinculação segura, mas também no desenvolvimento de intervenções e estratégias que melhorem as representações de vinculação seguras e organizadas. Outra pesquisa nesta área demonstra que os relacionamentos positivos de vinculação com novos cuidadores podem amortecer as consequências negativas da adversidade precoce, aumentando a resiliência nas crianças (IJzendoorn et al., 2020; Rutter, 2007).

Capítulo 3. Necessidades Identificadas pelos Profissionais

No processo de avaliação, e de acordo com os resultados do estudo de Caron et al. (2022), os profissionais partilharam as suas experiências sobre o que poderia ser feito de forma a ajudá-los a recrutar mais famílias, como:

1. ***Training in interview strategies***

Nesta dimensão, os profissionais queriam formular melhor as perguntas, de forma a conseguir informações dos candidatos que eram mais introvertidos, assim como avaliar os aspetos que eram difíceis de observar, antes de terem a criança com eles (Caron et al., 2022);

2. ***Reliable and accurate information on applicant specificity***

Nesta dimensão, os profissionais referiram que queriam obter mais ferramentas e formação de forma a recolher informação mais precisa e fiável dos candidatos, por exemplo, de que forma as práticas culturais e religiosas podiam influenciar na paternidade, assim como outros candidatos com características específicas. Estas situações poderiam causar constrangimentos para os profissionais (Caron et al., 2022);

3. ***Clinical support***

Esta dimensão é relativa ao apoio de outro colega, de forma a fornecer um suporte e uma colaboração para as avaliações dos candidatos (Caron et al., 2022).

II. Segunda parte: Método

O presente estudo é exploratório, tendo em conta o tipo de amostra utilizada, e de acordo com os objetivos da investigação. O tratamento e a interpretação dos dados foram efetuados de acordo a análise temática, que utiliza o método analítico qualitativo, através da recolha das narrativas dos intervenientes-chave e após a transcrição e a análise do seu conteúdo. A escolha desta análise teve por base a flexibilidade e a autonomia que permite ao investigador revelar algo pertinente sobre a questão que está a investigar, para além de permitir identificar, analisar e reportar temas presentes nos dados recolhidos, promovendo uma análise rica, complexa e detalhada (Mendes & Reves, 2021; Braun & Clarke, 2006). Esta análise também reconhece o potencial para as orientações indutivas (orientadas para os dados) e dedutivas (orientadas para a teoria) para a codificação, capturando significados semânticos e latentes, processos de codificação e desenvolvimento de temas em torno da teoria que enquadra a investigação (Braun & Carke, 2020).

1. Objetivos do estudo

Os principais objetivos do estudo visam investigar e analisar, através das experiências e das narrativas dos intervenientes-chave, de que forma é que são selecionados e avaliados os candidatos a famílias de acolhimento, e as necessidades que os profissionais desta área carecem para que a avaliação e a seleção seja promotora do sucesso e da qualidade da medida, e que os critérios para se configurar família de acolhimento seja realizado de forma rigorosa e criteriosa. Como objetivos específicos temos propostos os seguintes:

1. Ao nível da compreensão: conhecer os estudos e as investigações existentes nesta área através da revisão da literatura; perceber a importância teórica e científica desta medida e identificar as perspetivas multidimensionais do processo avaliativo para selecionar os candidatos;
2. Ao nível da aplicação: procurar de um instrumento e recolha dos dados junto dos elementos-chave; identificar, analisar e (co)relacionar os resultados do presente estudo no enquadramento da evidência científica;
3. Ao nível da contribuição teórica: promover a visibilidade e a discussão do tema, e contribuir para a reflexão e compreensão desta medida.

2. Instrumento

Para procedermos à recolha dos dados, foi utilizado o instrumento do estudo de Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., Dubois-Comtois, K. (2022), que foi concebido através de uma análise temática. Desta forma, os autores concluíram que existem nove dimensões que os profissionais consideravam relevantes para a avaliação dos potenciais candidatos a famílias de acolhimento, como a *motivation, commitment to the child, autonomy and parenting territory with biological parents, knowledge of the CPS contexto, capacity to meet the child's needs e capacity for family management and organization*. Relativamente às necessidades, foram percecionadas três, *training in interview strategies, reliable and accurate information on applicant specificity e clinical support*. A descoberta deste instrumento foi a base para a produção do presente estudo, pois através dele, foi elaborada uma entrevista semiestruturada. De forma complementar à entrevista, e com o objetivo de caracterizar os intervenientes-chave, foi elaborado um questionário sociodemográfico com o propósito de medir um conjunto de características individuais (e.g. idade) e académicas (e.g. categoria profissional).

3. Participantes

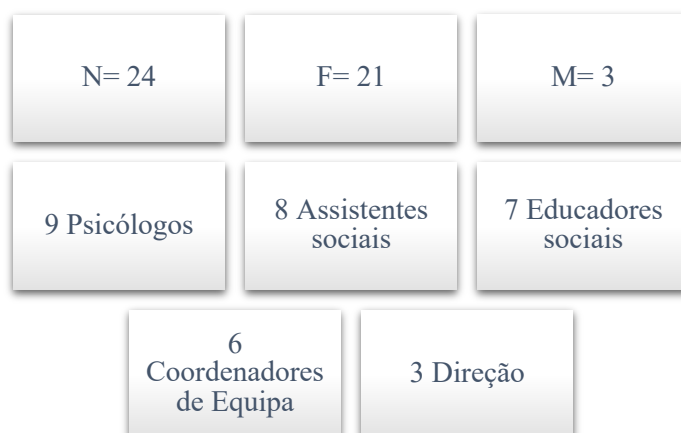
Os participantes foram selecionados através da amostragem intencional, tendo em conta que as entrevistas foram dirigidas aos profissionais da área do acolhimento familiar.

3.1 Caracterização sociodemográfica e socioprofissional

Na figura 3, encontram-se descritos alguns dados sociodemográficos de todos os participantes que aderiram a este estudo. Como podemos observar, participaram vinte e quatro (24) profissionais, de ambos os géneros (N=24; F=21; M=3), e de diferentes faixas etárias. No que diz respeito às habilitações literárias, podemos constatar que nove (9) são psicólogos, oito (8) são assistentes sociais, e sete (7) são educadores sociais. Dos quais seis (6) dos participantes são coordenadores de Equipa e três (3) têm cargo de trabalho na direção. Quanto ao tempo efetivo de trabalho na área do Acolhimento Familiar, a média é de três (3) anos. À exceção de três participantes, dos vinte e um (21) que foram entrevistados, todos tem experiência anterior na área da promoção e proteção de crianças e jovens (e.g. em casa residenciais, em CPCJ – Comissão Nacional de Crianças e Jovens, em CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental).

Figura 3

Caraterização sociodemográfica e socioprofissional



4. Considerações éticas

Previamente à realização das entrevistas, foi entregue a todos os participantes o consentimento informado (anexo A), e a gravação das entrevistas foi organizada numericamente de forma a manter o anonimato dos participantes.

5. Procedimento

Numa primeira fase, foi feita uma pesquisa dos locais, instituições e identidades que estavam a trabalhar nesta área em particular, foram encontradas, no total, vinte e uma respostas. Após a pesquisa, todas as entidades de enquadramento foram contactadas telefonicamente e/ou por e-mail a solicitar a participação neste estudo, com uma breve introdução sobre o mesmo. Das vinte e uma respostas, obtivemos dez convites aceites, de diferentes zonas geográficas do país. Após o contacto inicial, foi formalmente enviado um convite de participação e foi pedido para fazerem a leitura e o preenchimento do consentimento informado (anexo A).

Numa segunda fase, e depois de aceite o convite para o estudo, e de terem assinado o consentimento informado, procedemos às marcações de entrevistas, que foram realizadas online, através da plataforma *Zoom*, e que foram agendadas de acordo com a disponibilidade de cada participante. As entrevistas foram gravadas pela mesma plataforma, *Zoom*, e em média, tiveram a duração de uma hora.

Na terceira fase, e após concluídas as entrevistas, o seu conteúdo foi transcrito, e analisado atentamente à luz do método de análise temática.

III. Terceira parte: Análise e Discussão dos Resultados

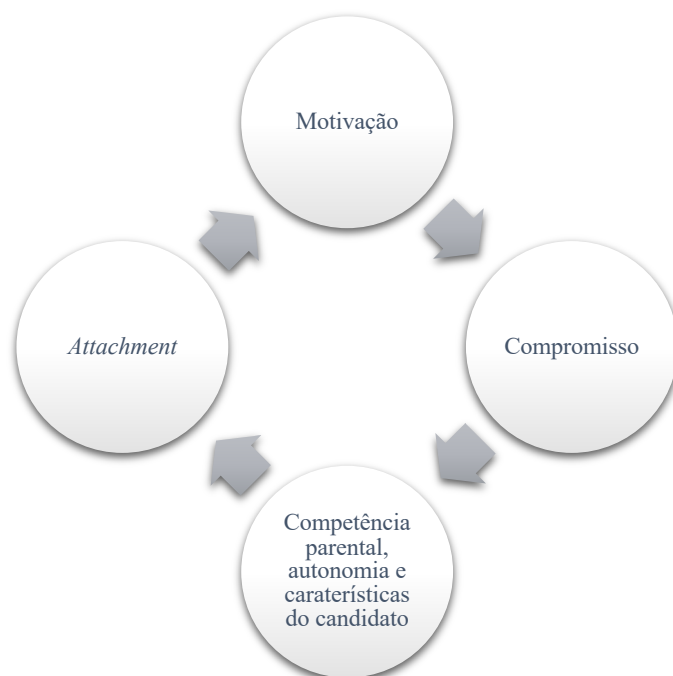
Nesta terceira parte do estudo, iremos proceder à análise e discussão dos resultados, articulando as narrativas dos entrevistados à luz da literatura científica. Analisaremos, primeiramente, as dimensões da avaliação dos candidatos, e posteriormente, as necessidades identificadas pelos profissionais. No final de cada análise, foi elaborada uma tabela com as ideias-chave que resultaram dos dados que foram estudados, analisados e discutidos.

1. Análise e Discussão das Dimensões da Avaliação dos Candidatos

Após a análise e reflexão sobre as narrativas dos entrevistados, emergiram quatro dimensões principais da avaliação, que serão referidas como as dimensões de investigação.

Figura 4

Mapa temático sobre as principais dimensões da avaliação



Conforme exemplificado na figura 4, podemos observar que a motivação, o compromisso, a competência parental, autonomia e as características do candidato e o *attachment*, foram as temáticas que os intervenientes-chaves identificaram como as áreas

mais importantes para o sucesso da seleção dos candidatos. Todas as dimensões estão interligadas, sendo que a dimensão central da avaliação, é a motivação. Nestas dimensões existem subdimensões que serão abordadas em particular, durante a análise dos resultados.

1.1. Motivação

Esta dimensão é consistente com a literatura científica, que refere a importância da motivação para o acolhimento, como a temática basilar para ser avaliada (Caron et al. 2022; Choice et al., 2000). De acordo com a opinião dos entrevistados, é consensual que a motivação é um dos aspetos centrais e primordiais da avaliação quando se inicia o processo de avaliação de um candidato a família de acolhimento.

“A motivação é dos fatores que mais trabalhamos, mesmo na questão da avaliação e da seleção, e quando chegam os candidatos. Sem dúvida, que a questão da motivação é fundamental” (Entrevista número 7).

“É imprescindível de ser avaliado e é imprescindível também se, de facto, o acolhimento familiar faz sentido para aquela família em questão (Entrevista número 12).

A motivação é definida como um aspeto que é avaliado ao longo de todo o processo e um dos principais motivos para a seleção ou não seleção do candidato.

“A motivação certa pode ou vai determinar o sucesso de qualquer integração que venha depois a ser feita. A motivação errada (...) é logo um preditor de problemas. Portanto, a motivação é realmente o aspeto de maior relevância” (Entrevista número 11).

“A motivação é um dos elementos essenciais para ser família de acolhimento (...) logo no primeiro contato, dá para perceber qual é a motivação e se é adequada para efeitos de candidatura” (Entrevista número 13).

Perceber o tipo de motivação que leva os candidatos a serem família de acolhimento é igualmente importante, segundo o estudo de Sebba (2012), existem três conjuntos de motivações, contudo, os motivadores intrínsecos tem sido os mais preponderantes nas decisões que levam os candidatos a acolher (Hanlon et al., 2021; Baer & Diehl, 2019; Rodger et al., 2006; McGregor et al., 2006; Baum, Crase & Crase, 2001), tal como no estudo de Maeyer et al. (2014), a motivação que se destacou entre os

candidatos foi a motivação centrada na criança. Na análise das entrevistas, os profissionais reconheceram que o tipo de motivação é um fator fundamental para um acolhimento bem-sucedido, privilegiando as motivações intrínsecas e centradas na criança, tal como referidas pela literatura como as motivações mais adequadas para o sucesso e qualidade do acolhimento, assim como para a sustentabilidade desta medida.

“(...) perceber o tipo de motivação, se são motivações que, no fundo, são mais centradas na própria pessoa ou centradas na criança e naquilo que se pode dar oportunidade à criança (...) o ideal é pessoas que venham para este projeto com motivações centradas na criança (...) portanto, acho que as motivações centradas na criança são as mais importantes e as mais promotoras do sucesso do acolhimento familiar” (Entrevista número 5).

“Uma motivação altruísta, uma motivação para o acolhimento, pelo acolhimento e pela criança. Tem que ser uma motivação muito elevada e muito centrada, sobretudo em características muito altruístas, numa necessidade de fazer pelo outro, fazer o melhor pelo outro, fazer o melhor pela criança (...) eu penso que a motivação é importante e é o que tem trazido a maioria das famílias, é esta motivação para fazer alguma coisa pela sociedade, fazer alguma coisa pela criança (Entrevista número 9).

Todavia, os entrevistados referem que é importante despistar na avaliação e na seleção dos candidatos as motivações que têm por base fatores económicos, pois estas motivações não vão ao encontro dos objetivos do acolhimento, e podem levar ao indeferimento da candidatura.

“(...) aquelas pessoas que procuram acolhimento familiar porque pensam que pode ser uma forma de melhorarem a sua situação económica, são essas que nos suscitam mais questões (...). Uma motivação mais intrínseca, que tenha a ver com querer ajudar as crianças, querer fazer a diferença na vida de uma família. Esta motivação virada para o bem e não tanto para o reconhecimento que depois vai ter na sociedade (...) encontrar a motivação, tipo a raiz da motivação de cada candidato, para conseguirmos perceber se ele vai ser um candidato para avançar” (Entrevista número 6).

“A motivação é a base, eu acho, de todo o início de todo este processo (...) no domínio temático que se avalia, são exatamente as motivações (...) uma

motivação económica é muito importante despistar na avaliação e na seleção” (Entrevista número 20).

De acordo com o que vem descrito pela literatura, e após as análises das narrativas dos profissionais, a motivação é um aspeto imprescindível de ser avaliado e é um fator que leva as famílias a formalizarem a sua candidatura. Aferir o tipo de motivação, é igualmente importante, pois se o candidato tiver a motivação certa para o objetivo a que se destina o acolhimento, a mesma, é um preditor para o sucesso e para a qualidade exigida da medida de acolhimento familiar.

Na análise temática de Caron et al. (2022), e analisando os estudos dos autores Goldman e colaboradores (2020) e Berrick e Skivenes (2012), os temas como: a importância da família biológica da criança, a relação entre os pais biológicos e a família que acolhe, e também, o conhecimento do sistema de promoção e proteção infantil, estão interligadas com a motivação dos candidatos, e com outras dimensões que abordaremos posteriormente. Analisando de forma transversal, e de acordo com a legislação em vigor, uma família de acolhimento tem de estar disponível para aceitar, e de participar nos contatos da criança com a família de origem, tal como fará parte integrante do Sistema de Promoção e Proteção de crianças e jovens, caso a sua candidatura seja deferida, e tendo em consideração a particularidade do projeto de vida da criança e das suas especificidades.

1.2. Compromisso

Nesta dimensão, e tendo em consideração as perspetivas dos entrevistados, o acolhimento familiar exige diferentes compromissos, deveres e responsabilidades, sendo que, a grande maioria estão enquadrados na literatura, como: lidar com as características das crianças e/ou jovens, e a capacidade das famílias de integrarem a criança na sua dinâmica familiar (Caron et al., 2022), o compromisso de cuidar de forma contínua, estável e boa o suficiente (Goldman et al., 2020; Berrick & Skivenes, 2012) e garantir que as famílias são capazes de responder adequadamente às necessidades da criança (Baer & Diehl, 2019; Berrick & Skivenes; 2012 Caron et al., 2022). Assim, e analisando o conteúdo das entrevistas, este tema é complexo e multifactorial, pelo que emergiram vários compromissos em diferentes áreas, e por isso, esta temática foi subdividida em três dimensões principais de análise:

1. Compromissos com a criança;
2. Compromissos com a família biológica/origem
3. Compromissos com a Equipa que acompanha e supervisiona a medida de colocação.

No que diz respeito aos **compromissos para com as crianças**, os profissionais referem que os candidatos devem integrar a criança como se fosse um elemento da sua própria família, assegurando todas as suas necessidades e apoios, e tendo em atenção às questões mais particulares e específicas (e.g. questões traumáticas).

“Que integrem a criança no seu seio familiar como sendo uma criança sua, na forma de cuidar, de assegurar todas as suas necessidades a vários níveis (...) uma disponibilidade muito grande emocional (...) ter uma noção do que pode ser o trauma e ter sensibilidade para o trauma e para as questões socio emocionais” (Entrevista número 3).

“(...) compromissos de diligenciar todas as necessidades, quer em termos de educação, de acompanhamento, de afetividade, em termos de criar também oportunidades (...) o cuidado em termos de saúde, verificar também a necessidade de apoio (...) questões afetivas e emocionais” (Entrevista número 13).

“(...) cuidar e amar como se fosse mesmo um filho (...) assegurar os cuidados de saúde, os cuidados educacionais, os cuidados emocionais (...) o cuidado, o tempo individual para com a criança, a atenção individualizada” (Entrevista número 18).

Nesta temática, os profissionais abordaram a importância dos candidatos terem competências para lidarem com os desafios que podem surgir, e tendo em conta, que as crianças que passaram por momentos de adversidade têm uma maior propensão para o desenvolvimento de questões emocionais, comportamentais e de desenvolvimento, como se encontra descrito na evidencia científica, como o perfil da criança (Caron et al., 2022; IJzendoorn et al., 2020; Dobrovakrol et al., 2008; Shechory & Sommerfeld, 2007; Browne et al., 2006). Todos os profissionais manifestaram essa preocupação e referiram como um aspeto fundamental a ser avaliado.

O **compromisso com a família de biológica/origem**, é igualmente descrito pela literatura científica como um aspeto fundamental, quando o objetivo (projeto de vida da criança) é a reintegração familiar, este tema foi o mais abordado, no decorrer das

entrevistas. Segundo os entrevistados, os candidatos devem facilitar e promover os contatos da criança com a família de origem, assim como, entender a importância de respeitar a história pessoal e familiar da criança.

“(...) os compromissos de respeito pela sua história, pela história da sua família de origem, pela privacidade dessa história (...) para além daqueles que são todos os direitos fundamentais de todas as crianças” (Entrevista número 6).

“(...) cuidar com amor (...) promover os contatos com a família de origem (...) providenciar para que a criança esteja bem cuidada, mas essencialmente, que seja amada e que sinta aquela família como a sua família” (Entrevista número 11).

No que concerne ao compromisso de manter e colaborar nos contactos com a família biológica, os entrevistados referiram que os candidatos devem:

- Colaborar com os serviços;
- Respeitar a história da criança e da família;
- Fortalecer a qualidade relacional e afetiva da criança com os pais, e por isso, devem trazê-los às visitas, facilitar os contatos telefónicos, estabelecendo, em conjunto com a Equipa, um regime adequado de contactos, consoante o que esteja previsto no seu processo individual.

Para facilitar o processo de comunicação, alguns entrevistados referem que utilizam um caderno de registo, em que as famílias colocam aspetos importantes da vida da criança, de forma a facilitar o processo relacional (entre família biológica e a família que acolhe), numa perspetiva em que coloca a criança no centro da intervenção que se pretende. Este compromisso da manutenção dos laços com a família de origem é manifestamente diferente das candidaturas à adoção, e é um dos objetivos do acolhimento familiar. No fundo, o propósito será, sempre que possível, a reintegração familiar (com a família de origem). De acordo com a análise das entrevistas, a família de acolhimento pode ser vista como uma extensão da família de origem, que deve ser respeitada e aceite pelos candidatos.

“(...) respeitar o passado da criança e respeitar a família, a sua família de origem, amar, cuidar, respeitar” (Entrevista número 23).

“(...) o respeito e a aceitação pela sua história de vida, pela situação atual da família (...) é importante a aceitação do perfil da criança (...) suas características” (Entrevista número 24).

Na análise e interpretação realizada nesta temática, é possível verificar a correspondência com o que vem descrito nos estudos científicos, que reportam a importância dos profissionais darem importância ao papel das famílias biológicas e no papel reparador que as famílias de acolhimento devem ter na vida das crianças e jovens que são acolhidos temporariamente (Goldman et al., 2020; Berrick & Skivenes, 2012).

O **compromisso com a Equipa** que acompanha e supervisiona a medida de colocação foi referido pelos entrevistados como um aspeto importante, pois os candidatos devem comprometer-se a ter uma ligação e articulação estreita com todos os intervenientes, desde a equipa de acolhimento familiar, a família de origem, o gestor de caso, assim como, ter a disponibilidade e flexibilidade para articular com a equipa que os acompanha e supervisiona.

“(...)as famílias têm que assegurar que conseguem ter esta relação com a equipa técnica do enquadramento da criança (...) garantir que as famílias conseguem acomodar na sua dinâmica esta realidade que é a família de origem” (Entrevista número 16).

As narrativas dos entrevistados são consensuais com o estudo de Hanlon e colaboradores (2021) que refere que os profissionais procuram candidatos que tenham uma abordagem intencional e de cooperação com os serviços.

1.3. Competência parental, autonomia e características do candidato

As **competências parentais** são determinantes para a qualidade e para o sucesso do acolhimento, de acordo com os entrevistados e em concordância com a literatura científica (Schofield & Beek, 2006,2005; Berrick & Skivenes, 2012; Murry et al., 2010).

“(...) se a família não estiver estes recursos de base, dificilmente conseguem, porque esta competência parental tem de existir na família para que possa cuidar da criança (Entrevista número 16).

O candidato deve estar apto para desempenhar um conjunto de competências e de habilidades, denominados como “*Parenting+*”, assim como, deve estar preparado para

lidar com os desafios associados ao acolhimento, tendo em conta as particularidades que o acolhimento exige (Berrick & Skivenes, 2012; Murry et al., 2010).

“ (...) é muito importante, e é uma das questões em termos de avaliação que se faz com as famílias. Terem essa capacidade, não passará só pela experiência, mas pelas noções que tenham sobre a capacidade parental, sobre identificar as necessidades da criança (...) é essencial que existam essas competências e que a família também esteja disponível para a formação contínua (Entrevista número 13).

“(...) é fundamental que exista aqui até um estilo educativo parental democrático, com uma boa perceção do que é efetivamente as necessidades da criança (...) sobretudo numa parentalidade terapêutica” (Entrevista número 14).

Foi também percebido, que o candidato deve desempenhar uma parentalidade positiva, de base segura, que seja promotora de segurança e que ofereça um cuidado terapêutico (Schofield & Beek, 2006; 2005).

“(...) o cuidar, o proteger, o providenciar todas as necessidades de segurança, de alimentação, de saúde e as condições de habitabilidade, o acesso à educação (...) o afeto, o amor, o colo (...) um porto seguro, um lar seguro, protegido, acolhedor” (Entrevista número 14).

Os entrevistados também abordaram a importância de uma coparentalidade no que diz respeito a todo o processo que envolve a criança ou o jovem, assumindo uma responsabilidade partilhada, descrita também no estudo de Murray e colaboradores (2010).

“(...) comprometer a ser flexíveis, isto porque existe uma coparentalidade. Tem que assegurar os convívios, se assim for definido (...) tem que se comprometer a acompanhar estas crianças e a ter disponibilidade para as mesmas (...) ter aqui uma ligação, uma articulação estreita com todos os intervenientes, desde a equipa de acolhimento familiar, progenitores, gestora de caso (...) disponibilidade para a articular com a equipa, para a manutenção de contatos” (Entrevista número 2).

Na perspetiva dos entrevistados, esta pergunta levanta algumas particularidades, nomeadamente à **autonomia**, pois este conceito é muito abrangente, desde a autonomia para as decisões de vida diária da criança (vestuário, alimentação), para as decisões mais

relevantes da criança (estabelecimento de ensino, procura de um médico específico), e outras que dizem respeito à criança (se a criança pode ter alguma atividade extracurricular, se pode ir de férias para o estrangeiro), como também, autonomia nos contatos com a família de origem (marcações de visita, de fins-de-semana). Na grande maioria das respostas, a autonomia é partilhada entre a família que acolhe, os profissionais e até, com a família de origem.

“(...) podemos considerar uma autonomia partilhada (...) num sentido de conhecimento mútuo e de partilha ” (Entrevista número 13).

“(...) não há uma autonomia total” (Entrevista número 19).

“(...) a família nunca vai ser completamente autónoma (...) porque vai desenvolver aqui um trabalho que é um trabalho de cooperação. Ela será autónoma, mas respeitando sempre aquilo que for essencial para o bem da criança, e que passará muito pelo nosso acompanhamento, mas também por ouvir e estar disponível para o que a família de origem vai implementando” (Entrevista 3).

De acordo com os resultados do estudo de Caron et al. (2022) em que refere que os profissionais procuram candidatos que não dependam da Equipa, o mesmo não se verifica nas respostas encontradas, contudo referem que a autonomia nas questões de vida diária da criança são fundamentais.

“É imprescindível elas serem autónomas e integrarem por completo aquela criança na sua dinâmica” (Entrevista número 12).

“(...) é muito importante elas terem autonomia para poder decidir as questões do dia-a-dia, porque, caso contrário, seria quase impossível terem uma criança” (Entrevista número 23).

Paralelamente às dimensões descritas anteriormente, surge um subtema que tem haver com as **caraterísticas dos candidatos**, ou o perfil dos candidatos (como é referido na comunidade científica). Este perfil é igualmente importante de ser avaliado, e pode constituir-se como um factor protetor ou como um factor de risco, colocando em causa a candidatura para configurar-se família de acolhimento. Os profissionais mencionam a importância dos candidatos terem um papel reparador e terapêutico na relação com a criança.

“(...) serem empáticos, serem proativos, serem responsivos, terem a capacidade de compreender as necessidades da criança (...) noção de que podem ser terapêuticos, que podem fazer efetivamente a diferença, (...) que podem ter um papel relacional essencial para que a criança se sinta segura, amada e integrada” (Entrevista número 9).

“(...) capacidade de resposta às emoções, capacidade de adaptabilidade às situações que lhes são colocadas, integrar a criança na sua vida familiar e social, dar amor, dar colo, ser contentor (...) capacidade de respeitar e compreender o espaço da criança” (Entrevista número 21).

De forma a perceber se os candidatos têm um papel terapêutico na relação que irão estabelecer com a criança, é fundamental avaliar a dimensão abordada no estudo de Caron et al. (2022), *trauma resolution*, que remete para uma preocupação sentida pelos profissionais. Esta dimensão deve ser avaliada de forma a perceber como os candidatos se encontram emocionalmente e psicologicamente, e também, perceber se existe risco dos candidatos projetarem para a criança algo traumático, que foi vivenciado por eles, e que pode não estar ultrapassado. Estas questões devem ser percebidas e compreendidas em contexto de avaliação, pois poderão receber uma criança que tenha uma história familiar traumática.

“É muito importante perceber como estão emocionalmente, em termos de saúde psicológica (...) se eles não estiverem bem, a criança pode ser prejudicada” (Entrevista número 14).

“(...) tem que ser avaliado porque nós sabemos que determinadas vivências na vida de um ser humano, são facilmente projetadas depois na relação com o outro” (Entrevista número 16).

“(...) muito importante para perceber (...) como é que o candidato ultrapassou a situação e se conseguiu integrá-lo nas suas vivências e aceitar e gerir da melhor forma, sob pena de o identificar com os traumas semelhantes com o da criança” (Entrevista número 17).

Caso existam traumas ou “questões ainda muito presentes” que não estejam devidamente resolvidas, os profissionais podem considerar que a família não está preparada, naquele momento, para acolher.

“Se temos famílias que acolhem e o facto de irem assistir, vivenciar e reviver situações que possam despoletar episódios de crise (...) também não é positivo (...) não só porque indefere a candidatura, mas, acima de tudo, para percebermos que aquele momento não é o certo” (Entrevista número 5).

“ (...) é muito potenciador, não só de perfil, mas de seleção ou não seleção” (Entrevista número 18).

1.4. Attachment

Nesta dimensão, e em concordância com a literatura científica, a formação de vínculos seguros com novos cuidadores têm benefícios a longo prazo nas crianças (Thompson, 2008) e podem amortecer as consequências negativas da adversidade precoce (IJzendoorn et al., 2020; Rutter, 2007), as respostas dos entrevistados são unânimes, é crucial as famílias criarem ligações seguras e empáticas com as crianças, e se não o conseguirem fazer, comprometem o bem-estar e desenvolvimento da criança. Em concordância com os estudos científicos (Bovenschen et al., 2016; Thompson, 2008), os candidatos também afirmam a importância de uma vinculação segura com as famílias e a sua importância para o estabelecimento de futuras vinculações.

“(...) a ligação e a capacidade de se vincular àquela criança é um aspeto essencial para que o acolhimento corra bem (...) é necessário que a criança perceba e consiga desenvolver vínculos seguros com uma figura de referência importante, mesmo que durante pouco tempo da sua vida, mas que vão ser importantes para a forma como elas também vão vivenciar as relações no futuro” (Entrevista número 3).

“(...) a família tem que conseguir estabelecer uma relação de vinculação e de aceitação com a criança, porque senão, todas as questões diárias se tornam problema (...) só com uma boa relação de vinculação segura, positiva, é que a criança depois fará uma transição mais segura para outro contexto de vida que vier a ser definido ” (Entrevista número 17).

Os profissionais referem que o objetivo do acolhimento é precisamente esta ligação emocional, a importância da criança ter ligações verdadeiras, fortes e afetivas, e por isso, é fundamental os candidatos criarem esta ligação, porque senão, não vão conseguir garantir o bem-estar e o desenvolvimento integral da criança.

“(...) se não conseguir criar uma ligação, ele não é certificado (...) por muito temporárias que sejam as relações (...) devemos sempre ser capazes de criar relações positivas, empáticas, saudáveis e seguras. Um candidato tem de ser um porto seguro (...) uma figura contentora” (Entrevista número 5).

“(...) tem que haver efetivamente essa ligação, porque se não houver ligação, não há relação (...) não se está a promover todo o potencial afetivo da aprendizagem das próprias crianças” (Entrevista número 10).

Também foi concordante entre os entrevistados e os estudos de Jzendoom e colaboradores (2020), e de Rutter (2007), a ligação entre a vinculação e a resiliência.

“(...) quanto maior for a ligação, melhor também será depois a capacidade de resiliência e da adaptação das próprias crianças nos novos contextos” (Entrevista número 13).

Igualmente importante, é perceber e avaliar se os candidatos têm a capacidade de se vincular, sabendo que o acolhimento é uma medida provisória.

“(...) é importante perceber a capacidade daquela família de se vincular, de se apegar, mas depois também, de se desapegar, de deixar ir (...) acho que implica aqui uma grande maturidade das nossas famílias” (Entrevista número 19).

Na figura 5, podemos analisar de forma temática e transversal treze (13) ideias-chave, resultantes das quatro dimensões mais relevantes, que estão elencadas aos resultados da investigação que nos propusemos.

Tabela 5

Tabela temática de ideias-chave sobre o processo de avaliação

Dimensões da avaliação	Ideias-chave
Motivação	<ol style="list-style-type: none">1. É um factor determinante para a seleção do candidato.2. Motivações intrínsecas e centradas na criança são consideradas as mais relevantes.3. A importância da família biológica da criança, a relação entre os pais biológicos e a família que acolhe, e

	<p>também, o conhecimento do sistema de promoção e proteção infantil, estão interligadas com a motivação dos candidatos.</p>
Compromisso	<p>4. Com a criança, ao nível dos cuidados primários (saúde, educação, habitação) e ao nível dos cuidados específicos, tendo em conta as particularidade da criança (e.g. questões traumáticas).</p> <p>5. Com a família de origem, através do respeito pela sua história e pela manutenção dos contactos e da manutenção dos laços.</p> <p>6. Com a equipa gestora do processo, colaborando com os serviços.</p>
Competência parental, autonomia e características do candidato	<p>7. É fundamental e determinante para o sucesso e para a qualidade do acolhimento.</p> <p>8. Os candidatos devem exercer uma parentalidade positiva de base segura, promotora de segurança e de cuidado terapêutico e ter recursos como <i>Parenting+</i>.</p> <p>9. A autonomia deve ser partilhada entre a família que acolhe, os profissionais e a família de origem.</p> <p>10. As características dos candidatos constituem-se como um fator protetor ou de risco.</p> <p>11. Os candidatos devem perceber que desempenham um papel terapêutico na relação que irão estabelecer com a criança.</p>
<i>Attachment</i>	<p>12. Os candidatos devem ser figuras de vinculação seguras, empáticas e contentoras, essas ligações trazem benefícios ao desenvolvimento integral das crianças que são acolhidas.</p> <p>13. É um fator protetor e reparador, que promove o estabelecimento de vinculações futuras, e fomenta a resiliência.</p>

2. Análise e discussão das Necessidades Identificadas pelos Profissionais

No estudo de Caron et al. (2022), os profissionais mencionaram a necessidade de ferramentas e estratégias para ajudá-los a conduzir as entrevistas de forma mais eficaz, avaliar adequadamente famílias de diferentes culturas e religiões e lidar com os desafios de avaliar candidatos atípicos. As características da medida e os procedimentos dos profissionais, não são iguais para todos os países, e por isso, as necessidades também são diferentes.

Analisando as dimensões do estudo de Caron et al. (2022), a dimensão ***training in interview strategies***, as respostas dos entrevistados não foram unânimes, uns referiram que deveria existir “*uma ferramenta uniformizada*” e que fosse “*comum a todas as equipas*”, outros referiram não ter essa necessidade, porém, a maioria das respostas afirmaram que seria importante, revelando que em parte, está de acordo com a literatura científica.

(...) é importante que as equipas tenham uma avaliação minimamente uniformizada para não haver grandes discrepâncias naquilo que é aplicado, no processo pelo qual as famílias passam, independentemente da experiência que cada um tem também a conduzir os instrumentos e a discussão (Entrevista número 3).

“(...) é a grande limitação em trabalhar no sistema de promoção e proteção em Portugal, é não existirem modelos de avaliação e de intervenção para aquilo que nós fazemos (...) criar um modelo de avaliação específico para os candidatos de acolhimento” (Entrevista número 16).

Outra leitura que foi possível apurar através dos entrevistados, é a complexidade de toda a avaliação que os profissionais têm de fazer, e que está descrita na literatura científica. Todavia, foi consensual entre os entrevistados, a importância dada à avaliação dos candidatos de forma a estabelecer e a encontrar uma família adequada e que corresponda às expectativas dos serviços.

“(...) As ferramentas vão ajudar-nos a ser mais eficazes e a fazer a entrevista com mais rigor” (Entrevista número 2).

Na dimensão ***reliable and accurate information on applicant specificity***, é uma questão complexa e de respostas variadas, e em certa parte, está de acordo com a literatura científica, até pela especificidade da dimensão.

“Isso é um problema (...) há documentos que têm validade (...) resultados da avaliação psicológica, o certificado de registo criminal (...) a declaração médica” (Entrevista número 5).

“Eu acho sempre que a informação fiável e precisa é triangulando várias fontes” (Entrevista número 11).

“A idoneidade é sempre um bocadinho difícil (...) fazemos as entrevistas que forem necessárias, fazemos testes complementares (...) e estarmos atentos para perceber se todo o material é consistente” (Entrevista número 19).

Apesar da dificuldade em recolher informações confiáveis dos candidatos, sobressai-se o extenso e complexo processo de avaliação que os candidatos têm de fazer para serem considerados aptos, e por isso, de acordo com as narrativas dos profissionais, seria difícil manterem informação que não fosse verdadeira.

“A verdade é que a extensão da avaliação (...) não seria fácil uma pessoa mentir ou esconder alguma coisa e que conseguisse ser congruente o tempo todo” (Entrevista número 6).

“(...) nós estamos com eles em vários momentos e conseguimos perceber que a informação é congruente ao longo da avaliação” (Entrevista número 24).

Por fim, a dimensão **clinical support**, revela que, de acordo com a entidade reguladora (Instituto de Segurança Social) em Portugal, é obrigatório que as equipas tenham supervisão externa, no entanto, a bolsa de supervisores que iria ser criada, ainda não existe, e por isso, alguns entrevistados referiram que a entidade reguladora *“deveria ter um papel mais interventivo”*.

“(...) o apoio da própria Segurança Social, que nos podia, de alguma maneira, nos ajudar esta parte da supervisão” (Entrevista número 1).

Apesar de constar nas regulamentações a necessidade de existir um supervisor externo, nem todas as equipas, atualmente conseguem, até porque, existe dificuldade na procura de alguém especializado nesta área tão particular.

“Não sinto que nos falte, porque temos pessoas com quem conseguimos discutir os casos de avaliação, mas sei que há equipas que não conseguem ter todo este suporte” (Entrevista número 3).

“(...) eu acho muito importante que o supervisor tenha um equilíbrio muito significativo entre a teoria e a prática, em que consiga perceber na teoria (...) naquilo que a investigação nos diz (...) mas também se não for alguém que já tenha estado na prática de intervenção, sabe-o muito pouco” (Entrevista número 5).

Todavia, é consistente com a literatura e com a auscultação dos entrevistados, a importância de existir uma equipa/uma pessoa externa para os ajudar a ultrapassar os desafios que vão surgindo ao avaliar potenciais candidatos.

“A supervisão é muito importante para nós percebermos e sermos apoiados a decidir o que fazer em situações difíceis (...). Nós temos supervisão e têm-nos sido muito úteis em muitos momentos (...) porque quanto mais famílias de acolhimento tivermos e mais número de famílias estivermos a acompanhar, mais questões vão surgir, quer na seleção, quer nos acompanhamentos, porque é uma medida muito ampla (...) há muita complexidade” (Entrevista número 19).

Na figura 6, podemos analisar de forma temática e transversal três (3) ideias-chave, resultantes das duas dimensões mais relatadas pelos entrevistados como as necessidades sentidas no processo de avaliação e seleção dos candidatos.

Tabela 6

Tabela temática de ideias-chave sobre as necessidades dos profissionais

Necessidades dos profissionais	Ideias-chave
Ao nível da avaliação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Necessidade de uniformizar procedimentos (e.g. testes e instrumentos). 2. Avaliação complexa e exigente.
Suporte e supervisão	<ol style="list-style-type: none"> 3. Algumas identidades têm supervisão externa, mas nem todas, sendo que todos os entrevistados referiram que é importante existir.

Conclusão

Perante a análise dos dados, e segundo o que vem descrito pela literatura, apesar da medida de acolhimento familiar ser um modelo recomendado e privilegiado de resposta às necessidades específicas das crianças em situação de vulnerabilidade (Anjos et al., 2023; Caron et al., 2022; Magalhães, Gouveia, & Pinto, 2021; Petrowski et al., 2017), e perante a auscultação dos participantes, o acolhimento familiar é uma área desafiante e complexa, que tem vindo a mudar de forma lenta e progressiva no nosso país, apesar dos esforços e avanços, esta resposta ainda enfrenta desafios e necessidades, que exigem uma atenção e ação continuada por parte das entidades responsáveis.

Relativamente aos contributos desta investigação, e de acordo com o estudo de Caron e colaboradores (2012), e em uniformidade com a opinião dos entrevistados, a “missão” das famílias de acolhimento é altamente exigente, e o processo de avaliação e seleção é extenso, complexo e multifacetado (Hanlon et al., 2021; Choice et al., 2000; Friedman, 2019), sendo que os critérios para avaliar a aptidão de uma família são abrangentes, e têm um conjunto de características e competências para que a equipa dê a família como apta (Hanlon et al., 2021). Outro contributo relevante e fundamental na concretização deste estudo foi a partilha da experiência dos entrevistados e as suas vivências e experiências, enquanto profissionais nesta área em particular, as suas narrativas tornam esta investigação mais rica. Os resultados revelam a complexidade dos critérios de avaliação, e o rigor com que os técnicos trabalham, e nesse âmbito, é necessário também, que os candidatos tenham a competência e a autonomia em pedir ajuda, de forma a garantir o sucesso e o bem-estar tanto da família, como da criança acolhida. Contudo, as famílias que tenham essa competência e autonomia, não devem deixar de ter o apoio e a supervisão dos técnicos e devem sentir a equipa como uma parceira de trabalho, numa coparentalidade provisória, assumindo uma responsabilidade partilhada (Murray et al., 2010). Foi igualmente percebido, que mesmo após o deferimento da candidatura a família de acolhimento, os profissionais continuam a ter um papel ativo e fundamental no apoio, na formação e na supervisão às famílias de acolhimento, à criança e ao jovem acolhido e à família biológica da criança ou do jovem.

Pelos motivos acima descritos, considera-se pertinente, a proposta de continuidade a esta linha de investigação, envolvendo uma amostra maior, e mais representativa dos profissionais que trabalham diretamente no acolhimento familiar, de

forma a avaliarem e a selecionarem com rigor e de forma criteriosa os candidatos, sustentando esse processo nas suas experiências e necessidades, enquanto profissionais.

Relativamente a projetos de investigação futura, propomos uma investigação colaborativa entre este estudo e as famílias de acolhimento, de forma a conhecer e perceber quais as suas vivências e narrativas enquanto agentes ativos de mudança, assim como, perceber quais os desafios e expectativas que são evidenciadas face ao acolhimento familiar. Outras investigações a serem realizadas podem ser as que explorarem as formas de melhorar a perceção pública sobre os cuidados de acolhimento (Choice et al., 2000), para despertar mais interesse sobre o tema, aumentando a literacia/conhecimento da população. Outra sugestão de investigação é perceber quais são as barreiras que existem para ser família de acolhimento, e se o facto de existirem perceções negativas das famílias/crianças em situação de vulnerabilidade é um fator preditor para esse impedimento ou não.

Em suma, o sistema de acolhimento familiar, representa uma resposta significativa para crianças e jovens em situações de vulnerabilidade, sendo uma modalidade de acolhimento que se tem vindo a revelar mais eficaz e adequada do que o acolhimento institucional, proporcionando um ambiente familiar estável, protetor e favorável ao desenvolvimento saudável das crianças e jovens (Jorjadze, Bovenschen, & Spangler, 2023; Nowacki et al., 2010; Goldman et al., 2020; Caron et al., 2022; Petrowski et al., 2017). No entanto, é necessário continuar a investir e a apostar na promoção e qualificação do sistema nacional de acolhimento familiar (Kikelly & Logan, 2021; Hanlon et al., 2021).

Para finalizar, com este estudo esperamos ter contribuído para a reflexão sobre a temática, para a visibilidade e promoção da medida e para a consciencialização da evidencia científica que reforça a importância desta medida, como o modelo recomendado de acolhimento.

Referências bibliográficas

- American Psychological Association. (2018). Attachment. In *APA dictionary of psychology*. Retrieved October 30, 2024, from <https://dictionary.apa.org/attachment>
- American Psychological Association. (2023). Foster care. In *APA dictionary of psychology*. Retrieved October 30, 2024, from <https://dictionary.apa.org/foster-care>
- Anjos, C., Magalhães, E., Graça, J., Pinto, V. Baptista, J. & Pinheiro, M. (2023). Perceived barriers, drives and enablers to becoming a foster family: Na exploratory study in Portugal. *Children and Youth Services Review, 145*.
- Baer, L., & Diehl, D. K. (2019). Foster care for teenagers: Motivators, barriers, and strategies to overcome barriers. *Children and Youth Services Review, 103*, 264-277. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2019.06.004>
- Baum, A.C., Crase, S.J., & Crase, K.L. (2001). Influences on the decision to become or not become a foster parent. *Families in Society: The Journal of Contemporary Human Services, 82*(2), 202-213. <https://doi.org/10.1606%2F1044-3894.205>
- Berrick, J. D., & Skivenes, M. (2012). Dimensions of high quality foster care: Parenting Plus. *Children and Youth Services Review, 34*(9), 1956-1965. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2012.05.026>
- Bovenschen, I., Lang, K., Zimmermann, J., Förthner, J., Nowacki, K., Roland, I., & Spangler, G. (2016). Foster children's attachment behavior and representation: Influence of children's pre-placement experiences and foster caregiver's sensitivity. *Child abuse & neglect, 51*, 323-335. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.08.016>
- Braun, V. & Carke, V. (2020). Can I use TA? Should I use TA? Should I not use TA? Comparing reflexive thematic analysis and other pattern-based qualitative analytic approaches. *Counselling and Psychotherapy Research, 21*(1), 37-47. <https://doi.org/10.1002/capr.12360>

- Braun, V. & Clarke (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2), 77-101. <https://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Browne, K., Hamilton-Giachritsis, C., Johnson, R., & Ostergren, M. (2006). Overuse of institutional care for children in Europe. *Bmj*, 332(7539), 485-487. <https://doi.org/10.1136/bmj.332.7539.485>
- Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., & Dubois-Comtois, K. (2022). Foster family assessment: The assessor's perspective - A qualitative study. *Child Abuse & Neglect*, 130 (3). <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105362>
- Cassidy, J. (1994). Emotion Regulation: Influences of Attachment Relationships. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 59 (2/3), 228–249. <https://doi.org/10.2307/1166148>
- Choice, P., Deichert, K., Montgomery, H., & Austin, M.J. (2000). *Factors Influencing Foster Parents' Decisions to Continue or Cease Foster Parenting*. Mack Center, University of California, Berkeley.
- Del Valle, J. F. & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home childcare: Na international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22. Pp. 251-257. <https://doi.org/10.5093/in2013a28>
- Delgado, P. & Gersão, E. (2018), “O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?”, *Análise Social*, 226, 1, pp. 112-134. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018226.05>
- Delgado, P., Carvalho, J., Montserrat, C., Llosada-Gistau, J., & Casas, F. (2021). Subjective Well-Being of Children in Care: Comparison Between Portugal and Catalonia. *Child & Adolescent Social Work Journal*, 1(38). <https://doi.org/10.1007/s10560-020-00675-3>
- Diogo, E., & Branco, F. (2020). The Foster Family Process to Maintain the Will to Remain in Foster Care - Implications for a Sustainable Programme. *Sustainability*, 12, 1–13. <https://doi.org/10.3390/su12197942>

- Dobrova-Krol, N. A., van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Cyr, C., & Juffer, F. (2008). Physical growth delays and stress dysregulation in stunted and non-stunted Ukrainian institution-reared children. *Infant Behavior and Development, 31*(3), 539-553. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2008.04.001>
- Dozier, M., & Rutter, M. (2008). Challenges to the development of attachment relationships faced by young children in foster and adoptive care. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 698–717). The Guilford Press.
- Friedman, L. (2019). An exploratory study of prospective foster parents' experiences during the licensing process. *Child Welfare, 97*(1), 159-178.
- Goldman, P., Bakermans-Kranenburg, M., Badford, B., Christopoulos, A., Ken, P., Cuthbert, C., Duchinsky, R., Fox, N., Grigoras, S., Gunnar, M., Ibrahim, R., Johnson, D., Kusumaningrum, S., Agastya, N., Mwangangi, F., Nelson, C., Ott, E., Reijman, S., Izendoorn, M., Zeanah, C., Zhang, Y., & Sonuga-Barke, E. (2020). Institutionalisation and deinstitutionalisation of children 2: policy and practice recommendations for global, national, and local actors. *The Lancet Child & Adolescent Health, 4*(8), 606-633.
- Hanlon, R., Feltner, A., Day, A., Vanderwill, L., Kim, J., & Dallimore, E. J. (2021). Systematic review of foster parent recruitment. *Child welfare, 99*(1), 117-142.
- Helm, A., Peltier, J. W., & Scovotti, C. (2006). Entendendo os Antecedentes para o Recrutamento de Pais Adotivos e Pais Adotivos: Uma Comparação de Famílias Brancas e Afro-Americanas. *Marketing de Saúde Trimestral, 23*(4), 109–129. <https://doi.org/10.1080/07359680802131590>
- Jorjadze, N., Bovenschen, I., & Spangler, G. (2023). Attachment Behaviour, Attachment Representations, and Symptoms of Reactive Attachment Disorder and Disinhibited Social Engagement Disorder in Foster Children With Different Preplacement Experiences. *Developmental Child Welfare, 5*(3), 138-157. <https://doi.org/10.1177/25161032231193168>
- MacGregor, T. E., Rodger, S., Cummings, A. L., & Leschied, A. W. (2006). The needs of foster parents: A qualitative study of motivation, support, and retention.

Qualitative Social Work, 5(3), 351-368.
<https://doi.org/10.1177/1473325006067365>

Maeyer, S., Vanderfaeillie, J., Vanschoonlandt F., Robberechts, M., & Holen, F. (2014). Motivation for foster care, *Children and Youth Services Review*, 36, 143-149.
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2013.11.003>

Magalhães, E., Gouveia, L., & Pinto, V. (2021). Foster Families: A Systematic Review of Intention and Retention Factors. *Journal of Child & Family Studies*, 30 (11), pp. 2766-2781. <http://doi.org/10.1007/s10826-021-02051-w>

Mendes, I. & Reses, G. (2021). *Uma visão prática da Análise Temática: Exemplos na investigação em Multimédia em Educação*. <https://doi.org/10.34624/dws9-6j98>

Murray, L., Tarren-Sweeney, M. and France, K. (2010). Foster carer perceptions of support and training in the context of high burden of care. *Child & Family Social Work*, 16, 149-158.

Murray, M., M., Southerland, D., Farmer, E., M., & Ballentine. (2010). Enhancing and Adapting Treatment Foster Care: Lessons Learned in Trying to Change Practice. *Journal of Child Family Studies* (19), 393–403.

Negrão, M., Moreira, M., Mendonça, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2020). Family foster care: Perceptions of Portuguese child protection professionals. *Análise Psicológica*, 40(1), 33–47. <https://doi.org/10.14417/ap.1900>

Negrão, M., Moreira, M., Veríssimo, L., & Veiga, E. (2019). Public knowledge and perceptions on family foster care: Contributes to its development. *Análise Psicológica*, 37(1), 81–92. <https://doi.org/10.14417/ap.1564>

Nowacki, K., & Schoelmerich, A. (2010). Growing up in foster families or institutions: And psychological adjustment of young adults. *Attachment & Human Development* (12), 551-566. <https://doi.org/10.1080/14616734.2010.504547>

O'Connor, T., & Rutter, M. (2000). Attachment disorder behavior following early severe deprivation: Extension and longitudinal follow-up. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39, 703 – 712.
<https://doi.org/10.1097/00004583-200006000-00008>

- Octoman, O., & McLean, S. (2014). Challenging behaviour in foster care: what supports do foster carers want? *Adoption & Fostering*, 38(2), 149–158. <https://doi.org/10.1177/0308575914532404>
- Petrowski, N., Cappa, C., & Gross, P. (2017). Estimating the number of children in formal alternative care: Challenges and results. *Child abuse & neglect*, 70, 388–398. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.026>
- Pinheiro, P. S. (2006). Violence against children: a global report. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11, 1343–1350. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232006000200022>
- Rodger, S., Cummings, A., & Leschied, A. W. (2006). Who is caring for our most vulnerable children? The motivation to foster in child welfare. *Child Abuse and Neglect*, 10, 1129–1142. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.04.005>
- Rothbaum, F., Rosen, K., Ujii, T. & Uchida, N. (2002). Family Systems Theory, Attachment Theory, and Culture. *Family Process*, 41(3), 328–350. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2002.41305.x>
- Rutter, M. (2007). Resilience, competence, and coping. *Child Abuse & Neglect*, 31(3), 205–209. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.02.001>
- Schofield, G., & Beek, M. (2005). Providing a secure base: Parenting children in long-term foster family care. *Attachment & Human Development*, 7(1), 3–26.
- Schofield, G., & Beek, M. (2006). *Attachment Handbook for Foster Care and Adoption*. BAAF.
- Sebba, J. (2012). *Why do people become foster carers? An international literature review on the motivation to foster*. Research in Foster and Education. University of Oxford. ISBN 978-0-9576782-0-0.
- Shawar, Y. R., & Shiffman, J. (2023). Global priority for the care of orphans and other vulnerable children: transcending problem definition challenges. *Global Health* 19 (75). <https://doi.org/10.1186/s12992-023-00975-0>

- Shechory, M., & Sommerfeld, E. (2007). Attachment style, home-leaving age and behavioral problems among residential care children. *Child psychiatry and human development*, 37(4), 361-373. <https://doi.org/10.1007/s10578-007-0051-z>
- Thompson, R. A. (2008). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 348–365). The Guilford Press.
- Vallejo-Slocker, L., Idoiaga-Mondragon, N., Axpe, I., Willi, R., Guerra-Rodríguez, M., Montserrat, C., & Del Valle, J. F. (2024). Systematic review of the evaluation of foster care programs. *Psychosocial Intervention*, 33(1), 1–14. <https://doi.org/10.5093/pi2023a14>
- Van IJzendoorn, M. H., Bakermans-Kranenburg, M. J., Duschinsky, R., Fox, N. A., Goldman, P. S., Gunnar, M. R., Johnson, D. E., Nelson, C. A., Reijman, S., Skinner, G. C. M., Zeanah, C. H., & Sonuga-Barke, E. J. S. (2020). Institutionalisation and deinstitutionalisation of children 1: A systematic and integrative review of evidence regarding effects on development. *Lancet Psychiatry*, 7(8), 703-720. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30399-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30399-2)

Outras referências bibliográficas

Bowlby, J. (1969). *Attachment and loss, Vol 1: Attachment*. Basic Books: New York.

Carvalho, J., Delgado, P., Alexandra, S., Bertão, A., Moreiras, D., Timóteo, I., Oliveira, J., Marques, T., Martins, R., Lima, S., Pinto, V. (2016). *Acolhimento Familiar – O que pensam as crianças, as famílias e os profissionais*. Paulo Delgado (Ed.). Porto: Legis Editora.

CRC, U. (2013). *General comment No. 14 On the Right of the Child to Have His or Her Best Interests Taken as a Primary Consideration (art. 3, para. 1), UN Doc. CRC/C/GC/14*, para. 17.

Decreto-Lei n.º 11/2008, de 7 de janeiro. Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar previsto na lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República* n.º 12/2008, Série I.

Decreto-Lei n.º 139/2019, de 7 de janeiro. Estabelece o regime de execução do acolhimento familiar, medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças em perigo. *Diário da República* n.º 177/2019, Série I.

Decreto-Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro. Segunda alteração à Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República* n.º 175/2015, Série I.

Decreto-Lei n.º 147/1999, de 1 de setembro. Lei de proteção de crianças e jovens em perigo. *Diário da República* n.º 204/1999, Série I-A.

Instituto da Segurança Social (2023). *Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2022*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Instituto da Segurança Social (2024). *Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2023*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

Instituto da Segurança Social (sem data). *Manual de processos-chave : acolhimento familiar*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

James, A., & James, A. (2017). *Constructing childhood: Theory, policy and social practice*. Macmillan International Higher Education.

- Kelly, G., & Gilligan, R. (2000). *Issues in Foster Care: Policy, Practice and Research*. Taylor & Francis, Inc., 325 Chestnut Street, Philadelphia, PA 19106.
- Kilkelly, U., & Logan, E. (2021). National Human Rights Institutions for Children—The International Experience. In *National Independent Human Rights Institutions for Children* (pp. 13-28). Palgrave Macmillan, Cham.
- Munro, E. (2011). *The Munro review of child protection: final report, a child-centred system* (Vol. 8062). The Stationery Office.
- Parton, N. (2014). *The politics of child protection: Contemporary developments and future directions*. Macmillan International Higher Education.

Anexo A

Consentimento Informado



Documento de Consentimento Informado

O presente documento informa(o) acerca do estudo sobre o Acolhimento Familiar e da sua participação sobre o mesmo. Deve ler cuidadosamente toda a informação, e caso pretenda algum esclarecimento, não hesite em questionar. A participação neste estudo é voluntária e todos os dados recolhidos são confidenciais. Todos os participantes têm o direito de não responder a alguma questão, para além de poderem desistir a qualquer momento. Os participantes, caso pretendam, tem direito aos resultados desta investigação. Ser-lhe-á entregue uma cópia deste documento.

Convite: Este estudo é dirigido pela mestranda Mafalda Sofia Magalhães Pacheco, sob orientação científica do Professor Doutor José Henrique Pinheiro Ornelas, e realiza-se no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica do ISPA - Instituto Universitário.

Objetivo de estudo: Este estudo tem como objetivo primordial aprofundar o conhecimento científico sobre o Sistema Nacional de Acolhimento em Portugal. E contribuir para uma melhor compreensão sobre a forma como se encontra o Acolhimento Familiar em Portugal. Com os resultados desta investigação, pretende-se dar visibilidade a este tema, assim como, refletir no aperfeiçoamento deste sistema.

Procedimentos: A participação neste estudo envolve uma entrevista de aproximadamente 1h (uma hora) com elementos/profissionais que conhecem o Sistema Nacional de Acolhimento em Portugal. As entrevistas podem ser presenciais ou online, de acordo com a disponibilidade e interesse dos participantes. As entrevistas serão gravadas em formato de áudio e posteriormente transcritas. Será salvaguarda a identidade

dos participantes, de forma a proteger a sua privacidade, assim como, a confidencialidade dos dados recolhidos. Após a conclusão do estudo, todas as gravações serão eliminadas.

Informação para contato:

Caso necessite de algum esclarecimento, não hesite em contactar Mafalda Pacheco, através de e-mail: 30936@alunos.ispa.pt

- Aceito que a entrevista seja gravada e posteriormente transcrita.**
- Declaro que li a informação supramencionada e que a mesma me foi transmitida verbalmente, assim declaro que aceito participar nesta investigação e que me foi dado conhecimento sobre os meus direitos.**

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/2024

Anexo B

Guião de entrevista

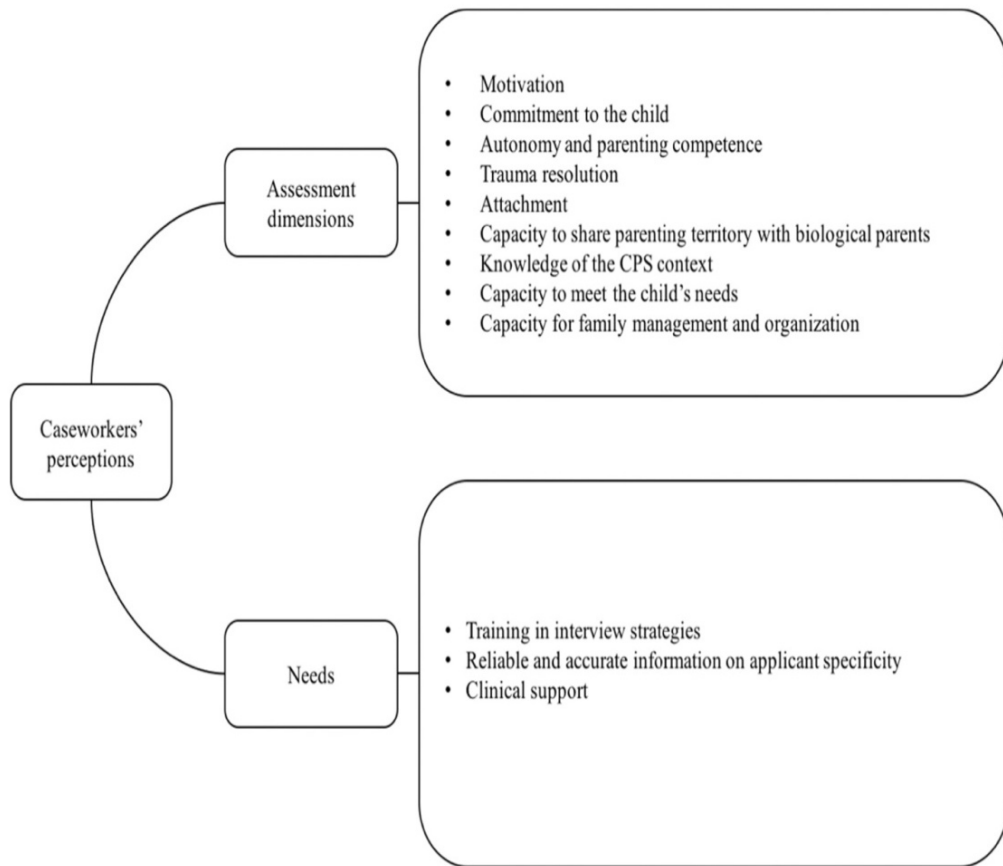


Fig. 1. Thematic tree of the caseworkers' perceptions of the assessment process.

Fonte: Retirado do artigo de Caron, R., Poitras, K., St-Laurent, D., Joly, M., Poirier, M., Berthelot, N., Dubois-Comtois, K. (2022). Foster family assessment: The assessor's perspective - A qualitative study. *Child Abuse & Neglect*, 130 (3).